

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO RECENTE, DA SITUAÇÃO ATUAL
E DAS PERSPECTIVAS PARA O SETOR**



BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO RECENTE, DA SITUAÇÃO ATUAL
E DAS PERSPECTIVAS PARA O SETOR**

Porto Alegre, outubro de 2002.

EQUIPE TÉCNICA

Enestor da Rosa dos Santos Júnior (Org.)

Superintendência de Planejamento

Fernando Luiz Motta dos Santos (Org.)

Superintendência de Planejamento - Superintendente

Eduardo Scotti Debaco

Agência de Porto Alegre / Gerência de Planejamento

Odilon Arthur Bremer

Agência de Curitiba / Gerência de Planejamento

Rose Irene Souza Neves

Agência de Florianópolis / Gerência de Planejamento

Agradecimentos:

Ao colega Rogério Benitez, da Gerência de Planejamento da Agência de Florianópolis, pelas inteligentes e oportunas críticas feitas ao trabalho.

Às instituições de ensino superior da região Sul do Brasil, entrevistadas durante pesquisa de campo realizada pelo BRDE, pela prestação de informações essenciais para este trabalho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONCEITOS BÁSICOS.....	11
3	HISTÓRICO	12
4	OFERTA E DEMANDA: A EVOLUÇÃO RECENTE	14
5	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS IES.....	28
6	PROJETOS DE EXPANSÃO	30
7	POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS.....	31
7.1	AUTORIZAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DAS IES	31
7.2	O CONTROLE DA QUALIDADE FEITO PELO GOVERNO FEDERAL	32
7.3	O FINANCIAMENTO AOS ALUNOS E ÀS IES	35
7.4	OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS.....	37
8	POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS.....	38
8.1	RIO GRANDE DO SUL	38
8.2	SANTA CATARINA	39
8.3	PARANÁ.....	40
9	A QUESTÃO DA FILANTROPIA.....	40
10	COMPETITIVIDADE E ESTRATÉGIA	40
11	ESTIMATIVAS DE DEMANDA FUTURA	43
12	PERSPECTIVAS.....	50
13	COMENTÁRIOS FINAIS	52
	BIBLIOGRAFIA	53
	ANEXO A - SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO	55
	ANEXO B - MUNICÍPIOS POR MICRORREGIÃO / COREDE	58
	ANEXO C - FÓRMULAS DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Matrículas no Ensino Superior Privado, 1980-1994.....	13
Tabela 2 – Número de Matrículas em Cursos de Graduação	14
Tabela 3 – Número de Ingressos em Cursos de Graduação	15
Tabela 4 – Número de Concluintes no Ano Anterior em Cursos de Graduação.....	15
Tabela 5 – Número de IES por Categoria Administrativa, Organização Acadêmica e UF	17
Tabela 6 – Número de Vagas Oferecidas em Cursos de Graduação	18
Tabela 7 - Indicadores Educacionais Selecionados.....	20
Tabela 8 – Ingressos por Vaga Oferecida em Cursos de Graduação.....	21
Tabela 9 - Indicadores Educacionais Selecionados.....	23
Tabela 10 - Indicadores Educacionais Selecionados.....	23
Tabela 11 - Indicadores Educacionais Selecionados.....	24
Tabela 12 – Vagas Oferecidas e Ingressos, por Áreas Gerais e Áreas Detalhadas	26
Tabela 13 – Indicadores Econômico – Financeiros Médios das IES	29
Tabela 14 – Média Aritmética da Evasão e da Inadimplência, por Natureza e Categoria	30
Tabela 15 - Recursos do FIES, 2000 e 2001	36
Tabela 16 – Número de Estudantes Atendidos pelo FIES, 1999-2001	36
Tabela 17 – Valores Investidos e Financiados – PMQES	37
Tabela 18 - Demanda por Ensino Superior na Região Sul – 1999	44
Tabela 19 – Concluintes do Ensino Médio – Região Sul – 1999 – 2009	45
Tabela 20 – Variação do Fluxo Anual de Demanda Efetiva entre 2000-2009 (em %).....	49

SUMÁRIO EXECUTIVO

As instituições de ensino superior (IES) são classificadas em relação à sua organização acadêmica como:

- i) **Universidades:** devem possuir atividades de ensino, pesquisa e extensão, têm autonomia para abertura de cursos superiores e precisam cumprir requisitos de número mínimo de professores com dedicação exclusiva e de professores com titulação de mestre e doutor;
- ii) **Centros-Universitários:** devem possuir atividades na área de ensino, têm autonomia para criar cursos superiores, não precisam cumprir requisitos quanto ao número de professores com dedicação exclusiva e nem de professores com titulação;
- iii) **Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores e Escolas Superiores:** devem possuir atividades na área de ensino, não têm autonomia para abertura de cursos superiores, não precisam cumprir requisitos quanto ao número de professores com dedicação exclusiva e nem com professores com titulação.

Até 1994, podemos dividir a evolução das IES privadas em três fases:

- i) **1933 – 1960:** manutenção da proporção do número de vagas oferecidas pelo setor privado em relação ao número total de vagas;
- ii) **1960 – 1980:** crescimento na parcela de vagas ofertadas pelo setor privado;
- iii) **1980 – 1994:** diminuição na parcela de vagas ofertadas pelo setor privado.

A partir de 1995, com as maiores facilidades e até incentivos para a criação de IES, o setor de educação superior começa a crescer rapidamente, apoiado na maior valorização, por parte da sociedade brasileira, de um curso superior. O crescimento mais acentuado ocorreu no setor privado, o qual foi estimulado pelo governo federal por representar uma solução para os problemas da necessidade de expansão da educação superior e da falta de recursos do setor público.

Entre 1994 e 2000, o **número de matrículas** cresceu 62,2% no Brasil e 77,9% na Região Sul. O número de matrículas no setor privado aumentou 86,2% no Brasil e 158,8% na Região Sul. As matrículas totais, entre 1994 e 2000, cresceram 65,4% no Rio Grande do Sul, 111,5% em Santa Catarina e 77,3% no Paraná.

No ano de 2000, 2.694.245 pessoas estavam matriculadas em algum curso superior no Brasil (1.807.219 no setor privado), sendo que 542.435 em algum curso na Região Sul (380.706 no setor privado). Também no ano de 2000, o número de matrículas no ensino superior no Rio Grande do Sul era de 238.263, em Santa Catarina era de 118.059 e no Paraná, de 186.113.

O **número de IES** cresceu 32% entre 1995 e 2000 no Brasil, sendo que o número de IES privadas cresceu 46,7%. Na Região Sul o número de IES aumentou 46,6% e o número de IES privadas aumentou 73,1%.

O número de vagas oferecidas para ingresso de novos alunos cresceu, entre 1994 e 2000, 111,8% no Brasil e 111,6% na Região Sul.

Em relação à caracterização das IES na Região Sul: grande parte da oferta no Rio Grande do Sul é oriunda de IES privadas comunitárias e confessionais, em Santa Catarina destacam-se as IES Fundacionais (criadas por lei municipal, mas que cobram mensalidades) e, no Paraná, grande peso têm as privadas em sentido estrito e as estaduais.

O percentual dos jovens de 18 a 24 anos matriculados em um curso superior era de 11,52% no Brasil, em 2000. No Rio Grande do Sul, o número era de 19,12%, em Santa Catarina era de 16,99% e, no Paraná, de 14,82%.

A expansão do setor de educação foi, inicialmente, acompanhada por uma diminuição da ociosidade das vagas oferecidas por vestibular ou outros processos de seleção, tanto no setor privado como no setor público, Mas embora a expansão não tenha se interrompido até o ano 2000, o movimento de queda da ociosidade inverteu-se no fim do período analisado, isto é, a oferta passou a crescer mais do que a demanda. Essa elevação da ociosidade é evidência da maior concorrência no setor.

Os estados da Região Sul apresentaram um crescimento maior do que a média nacional e possuíam, no ano 2000, uma melhor situação em termos de ociosidade do que a média brasileira. O estado de Santa Catarina apresentou as maiores taxas de crescimento e a menor ociosidade dentre os estados da Região Sul.

De acordo com os dados do BRDE e da SERASA, a **inadimplência média** na Região Sul é de cerca de 14%. A inadimplência é maior ao longo do semestre e diminuiu ao final do mesmo, em virtude da necessidade do aluno estar em dia para efetuar a matrícula.

Considerando uma amostra de 26 IES da Região Sul, entrevistadas pelo BRDE em pesquisa de campo, todas tinham **projetos de expansão** da área construída ou de qualificação e modernização em vigor ou em planejamento. Os projetos em vigor, no momento da realização da pesquisa de campo (maio/junho/julho de 2002), totalizavam cerca de R\$110 milhões e os planejados totalizavam aproximadamente R\$116 milhões.

Em relação à expansão do número de vagas, todas as 26 IES consultadas indicaram que, nos próximos anos, pretendem expandir o número de vagas em novos cursos de graduação e em novos cursos de pós-graduação, 18 indicaram que vão expandir as vagas em cursos já existentes, 15 em cursos seqüenciais, 13 em cursos de pós-graduação já existentes e 9 citaram que vão abrir, nos próximos anos, vagas em outros tipos de cursos.

Para ser autorizada a ofertar um curso superior, uma IES precisa ser credenciada. Depois de credenciada, após um determinado prazo, a IES terá que solicitar ao MEC o seu recredenciamento, o qual deverá ser renovado periodicamente. Uma política de controle da qualidade tem sido efetivada através da negativa de credenciamento ou recredenciamento às IES que não cumprirem os requisitos determinados pelo MEC. As IES credenciadas, que não obtêm o recredenciamento, ficam impedidas de fazer a admissão de novos alunos.

Em contraposição à diminuição na participação na oferta de vagas em cursos superiores, o setor público tem elevado o seu controle sobre o universo das IES no Brasil. O controle foi planejado e tem sido efetuado com o intuito de orientar, medir ou garantir a qualidade das IES. Os principais mecanismos de orientação, acompanhamento e controle são:

- i) Plano Nacional de Educação;
- ii) Plano de Desenvolvimento Institucional;
- iii) Exame Nacional de Cursos – Provão;
- iv) Avaliação das Condições de Oferta;
- v) Censo Educacional.

De acordo com a Constituição Federal, cabe à União a responsabilidade principal na organização e no **financiamento da educação superior**. Nesse sentido, foi criado pelo Governo Federal o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado à concessão de financiamento, com retorno, a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo MEC.

Além do financiamento aos estudantes, através do FIES, o Governo Federal instituiu um programa de financiamento às IES. Trata-se do Programa de Melhoria e Qualificação do Ensino Superior (PMQES), o qual é gerenciado pelo BNDES e pelo MEC.

O MEC tem incentivado a oferta de cursos à distância e, principalmente, de cursos sequenciais (cursos de menor duração e de conteúdo mais delimitado que um curso de graduação tradicional, espécie de curso superior profissionalizante).

No Rio Grande do Sul, as **políticas públicas** para o setor de educação superior funcionam em duas frentes: i) Programa de Crédito Educativo (PROCRED) e ii) oferta direta de vagas através da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS).

Em Santa Catarina, além das vagas oferecidas pela universidade estadual (UDESC) – gratuitas, o apoio estadual à educação superior dá-se, em grande parte, através da destinação de recursos via bolsas, em geral parciais (Art. 170), em maior proporção para os alunos das IES Fundacionais (instituídas por leis municipais, de direito público, porém pagas).

No Paraná, o governo estadual concentra suas ações para o setor de educação na oferta de vagas através das universidades estaduais.

Enquanto no período anterior a 1994 bastava às IES controlar os seus custos para buscar um bom resultado, elas passaram a ter que se preocupar com uma série de outras variáveis a partir de 1995. Seu sucesso passou a depender, além da administração dos custos, da qualidade e da diferenciação de seus cursos, do desempenho dos egressos no Provão, de sua inserção e integração à comunidade, da capacidade de antever a existência de mercado de trabalho para seus egressos na época de conclusão do curso, do seu plano de marketing. Essa mudança é resultado do aumento da concorrência no setor.

As IES competem por alunos que possam ser financiados ou tenham condições financeiras de pagar seus custos para estudar até o final do curso e/ou por alunos qualificados e/ou pela melhor colocação no mercado de trabalho dos egressos de seus cursos.

Em relação às estratégias de atuação no mercado, podemos dizer que, de uma maneira geral, existem três estratégias de competição no setor: i) estratégia da busca da qualidade; ii) estratégia de menor custo; iii) estratégia de busca de nichos de mercado.

Estimativas baseadas nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) mostram que, para cada pessoa matriculada em uma IES no ano de 1999, havia 1,19 pessoa na situação de potencial demandante adicional, isto é, com o perfil etário adequado, que já concluiu o ensino médio, mas que não ingressou em uma IES.

O crescimento do fluxo anual da demanda potencial entre 2000 e 2009, de acordo com a metodologia de estimação escolhida, é de 20% para a região Sul, de 14,35% para o Rio Grande do Sul, de 18,70% para o Paraná e de 31,87% para Santa Catarina. Em outros termos, a média do crescimento anual de 2000 até 2009 está em 2,06% para a região Sul como um todo, em 1,49% para o RS, em 3,12% para SC e em 1,92% para o PR.

As estimativas, de acordo com diversas hipóteses, indicam que o fluxo anual da demanda efetiva (fluxo anual de novos matriculados) cairá entre 2000 e 2009 para a região Sul, como decorrência do problema da insuficiência de recursos para o pagamento dos custos de um curso superior.

Conforme as estimativas de demanda futura, as análises feitas sobre os acontecimentos nos últimos anos e a opinião dos agentes ligados ao setor de educação superior, os próximos anos devem ser marcados por uma redução na taxa de crescimento do setor e por um aumento na concorrência.

As **alternativas** que visualizamos, para que o crescimento do setor não se reduza, são a elevação da renda dos indivíduos e o aumento do número de alunos beneficiados com bolsas ou financiamentos.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem o objetivo de analisar o setor de educação superior, de forma a descrever sua evolução recente, caracterizar a sua situação atual e apontar as perspectivas quanto a sua evolução futura. Especial atenção será dada ao setor de educação superior na Região Sul do Brasil e ao setor de educação superior privado. Sua motivação vem da crescente importância que as instituições privadas de ensino superior vêm tendo como demandantes de crédito para investimento junto ao BRDE.

Enfatizaremos os aspectos mercadológicos do setor, o que faz com este estudo difira dos disponíveis quando de nossa pesquisa, os quais têm se aprofundado em outros aspectos do setor.

Por fim, é importante ressaltar que este estudo utiliza, de maneira intensa, os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), ligado ao Ministério da Educação (MEC) e as informações levantadas pelo BRDE em pesquisa de campo junto a trinta e seis instituições de ensino superior (IES) da Região Sul do Brasil.

2 CONCEITOS BÁSICOS

Nesta seção, apresentaremos alguns conceitos básicos que possibilitarão o entendimento do restante do trabalho e, portanto, do setor.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), número 9.394, de 23/12/96, e o Decreto da Presidência da República, número 3.860, de 09/07/01, podemos classificar as IES, em relação à sua organização acadêmica, da seguinte forma:

- **Universidades:** são instituições pluridisciplinares caracterizadas pela oferta regular de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Às universidades é requerido que mantenham ao menos um terço do corpo docente em regime de dedicação integral, bem como ao menos um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. Às universidades é permitido que criem, organizem e fechem cursos superiores¹. Além disso, podem criar cursos superiores em municípios fora de sua sede e na mesma unidade da federação². As universidades só poderão ser criadas por credenciamento de IES já existentes e em funcionamento regular.
- **Centros Universitários:** são instituições pluridisciplinares caracterizadas pela excelência do ensino oferecido. Aos centros universitários não são feitas exigências em termos de número de professores com dedicação integral e nem com titulação de mestrado ou doutorado. Além disso, não lhes é exigido que atuem com pesquisa e/ou extensão. Aos centros universitários é permitido que criem, organizem e fechem cursos superiores, embora não possam criar cursos fora de sua sede. Os centros universitários só poderão ser criados por credenciamento de IES já existentes e em funcionamento regular.

¹ Tanto as universidades como os centros universitários devem, segundo a legislação, obter a manifestação do Conselho Nacional de Saúde e da OAB para a abertura de cursos na área da saúde (odontologia, medicina e psicologia) e do direito, respectivamente.

² Conforme dispõem as Portarias MEC número 2.175/97 e 1.466/01.

- Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores e Escolas Superiores: não têm exigências em termos de regime de dedicação e de titulação do corpo docente e nem de realização de pesquisa e extensão. Não têm autonomia para a criação de novos cursos.

As mantenedoras das IES podem ser classificadas, quanto à natureza jurídica, da seguinte maneira:

Pública	Privada
Federal	Particular em Sentido Estrito
Estadual	Comunitária
Municipal	Confessional
	Filantrópica

Quanto ao regime jurídico, as mantenedoras podem ser classificadas como:

Direito Público	Direito Privado
Administração Direta	Com Fins Lucrativos
Autarquia	Sem Fins Lucrativos – Associação
Fundação	Sem Fins Lucrativos – Sociedade
	Sem Fins Lucrativos – Fundação

Em relação aos tipos de cursos, de acordo com a LDB, as IES podem ofertar, além dos cursos tradicionais - cursos de graduação, cursos de pós-graduação e cursos de extensão, os cursos seqüenciais (cursos de menor duração e de conteúdo mais delimitado que um curso de graduação tradicional, espécie de curso superior profissionalizante) e os cursos à distância.

3 HISTÓRICO

Podemos dividir a evolução do ensino superior privado no Brasil, até 1994, em três fases. A primeira vai de 1933 até 1960 e corresponde ao período de consolidação do setor privado, na época formado basicamente pelas universidades católicas. No primeiro ano dessa fase, as matrículas no setor privado eram de 14.737, o que correspondia a 43,7% das matrículas totais. Em 1960, o número de matriculados estava em 19.668, o que representava 44,3% do total. As universidades católicas dependiam fortemente do Estado e sua expansão esbarrava no crescimento acelerado do setor público (Sampaio, 2000a).

A segunda fase compreende o período que vai de 1960 até 1980 e foi marcada pelo crescimento de 843,7% das matrículas no setor privado, enquanto o total de matrículas cresceu 480,3%. Devido ao seu forte crescimento, o setor privado passou a responder por 62,9% das matrículas no final da década de 1970. Apesar disso, manteve sua característica de complementaridade em relação à rede pública. Ao final dessa fase, o total de alunos inscritos em um curso superior era de cerca de 1,4 milhão.

A terceira fase, que começa em 1980 e vai até 1994, marcou a interrupção do crescimento observado na fase anterior. Houve um crescimento de apenas 21% no total de matrículas no ensino superior em 14 anos, sendo que o crescimento das matrículas no setor privado foi ainda menor: 10%. Em particular, entre 1980 e 1985 houve uma retração no número

de matrículas no setor privado. Na região Sul o crescimento das matrículas totais foi maior do que o do Brasil: 33%. Porém, o crescimento do setor privado foi ainda mais tímido: 9%.

Essa terceira fase também se caracteriza por um processo de fusão das instituições do setor privado, reduzindo-se o número de estabelecimentos isolados em contrapartida a uma elevação do número de universidades particulares. Houve, também, uma queda de 4% no número total de IES. Também ocorreu, durante o período em questão, uma interiorização das IES, bem como uma ampliação do leque de carreiras oferecidas.

Tabela 1 – Número de Matrículas no Ensino Superior Privado, 1980-1994
Por Região do Brasil, em Milhares

Período	Natureza Jurídica	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-	Brasil
1980	Privado	5	76	629	134	35	880
	Total	29	219	833	230	67	1377
	Part. Privado no Total (%)	18%	35%	76%	59%	52%	64%
1985	Privado	8	75	540	145	36	804
	Total	35	226	963	271	73	1568
	Part. Privado no Total (%)	24%	33%	56%	54%	49%	51%
1990	Privado	12	82	659	152	56	962
	Total	44	247	869	286	93	1540
	Part. Privado no Total (%)	28%	33%	76%	53%	61%	62%
1994	Privado	15	79	666	147	63	971
	Total	64	265	916	305	111	1662
	Part. Privado no Total (%)	24%	30%	73%	48%	57%	58%
Var.85/80 (%)	Privado	55%	-1%	-14%	8%	2%	-9%
	Total	19%	3%	16%	18%	9%	14%
Var.90/85 (%)	Privado	50%	10%	22%	5%	56%	20%
	Total	26%	9%	-10%	6%	27%	-2%
Var.94/90 (%)	Privado	23%	-4%	1%	-3%	12%	1%
	Total	45%	7%	5%	7%	20%	8%
Var.94/80 (%)	Privado	185%	5%	6%	9%	80%	10%
	Total	119%	21%	10%	33%	66%	21%

Fonte: INEP/MEC e Sampaio (2000 a).

Após essas três fases, a partir de 1995, o setor passa por uma grande inflexão: o número de matrículas passa a crescer rapidamente, principalmente as do setor privado, marcando o início de um período que podemos classificar como uma quarta fase de evolução. Essa mudança foi consequência, em grande parte, de uma mudança da legislação e das políticas públicas do Governo Federal para o setor. De uma maneira geral, podemos dizer que começou um período no qual a criação de novas IES, principalmente de IES privadas, foi facilitada e até incentivada.

4 OFERTA E DEMANDA: A EVOLUÇÃO RECENTE

Após um grande período de estagnação, a partir de 1995, a demanda por cursos superiores aumentou consideravelmente. Conforme os dados da Tabela 2, o número de matrículas totais no Brasil cresceu 62,2% de 1994 até 2000, ou seja, a uma taxa de 7,1% ao ano. As matrículas no setor privado cresceram 86,2% no período (9,29% ao ano), fazendo com que a participação do setor privado no total de matrículas tenha passado de 58,4% para 67,1% no Brasil.

Na Região Sul o crescimento foi ainda mais vigoroso: a totalidade das matrículas cresceu 77,9% (8,58% ao ano) e a totalidade das matrículas privadas cresceu 158,8% (14,5% ao ano). O crescimento do total de matrículas, de 1994 a 2000, foi de 65,4% (7,45% ao ano) no Rio Grande do Sul, de 111,5% (11,3% ao ano) em Santa Catarina e de 77,3% no Paraná (8,53% ao ano).

Tabela 2 – Número de Matrículas em Cursos de Graduação
Brasil – Região Sul – 1994 a 2000

Região	Natureza Jurídica	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	Público	690.450	700.540	735.427	759.182	804.729	832.022	887.026
	Privado	970.584	1.059.163	1.133.102	1.186.433	1.321.229	1.537.923	1.807.219
	Total	1.661.034	1.759.703	1.868.529	1.945.615	2.125.958	2.369.945	2.694.245
Sul	Público	157.763	160.525	169.816	177.134	188.767	166.974	161.729
	Privado	147.089	169.531	179.377	201.432	230.366	306.162	380.706
	Total	304.852	330.056	349.193	378.566	419.133	473.136	542.435
RS	Público	38.255	36.110	37.676	37.999	40.067	41.436	43.195
	Privado	105.828	119.031	126.706	140.372	154.981	175.624	195.068
	Total	144.083	155.141	164.382	178.371	195.048	217.060	238.263
SC *	Público	50.855	57.204	64.345	70.795	77.693	50.106	34.629
	Privado	4.965	6.997	5.427	4.694	5.273	47.940	83.430
	Total	55.820	64.201	69.772	75.489	82.966	98.046	118.059
PR	Público	68.653	67.211	67.795	68.340	71.007	75.432	83.905
	Privado	36.296	43.503	47.244	56.366	70.112	82.598	102.208
	Total	104.949	110.714	115.039	124.706	141.119	158.030	186.113

Fonte: INEP

* Os dados por natureza jurídica de Santa Catarina incorporam um problema: a não existência de uma regra clara ao longo do período para a classificação das Instituições Fundacionais (instituídas por leis municipais, de direito público, porém pagas) como públicas ou privadas. Assim, a grande mudança que ocorre, nos números do setor público e do setor privado, em Santa Catarina, de 1998 para 1999, é decorrência da mudança de metodologia de classificação das Instituições Fundacionais.

Outra forma de acompanhar o crescimento da demanda é observar o número de ingressos ao longo do tempo. Isso pode ser feito através da Tabela 3. Ela mostra, novamente, a grande expansão da demanda no setor. O número de ingressos cresceu 93,8% no Brasil, 104,7% na Região Sul, 76,25% no Rio Grande do Sul, 157,23% em Santa Catarina e 113,0% no Paraná. Mais uma vez, observando a Tabela 3, fica claro que o setor privado cresceu com maior velocidade que o setor público de 1994 até o ano 2000.

Tabela 3 – Número de Ingressos em Cursos de Graduação *
Brasil – Região Sul – 1994 a 2000

Região	Natureza Jurídica	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	Público	159.786	158.012	166.494	181.859	196.365	210.506	233.083
	Privado	303.454	352.365	347.348	392.041	454.988	539.662	664.474
	Total	463.240	510.377	513.842	573.900	651.353	750.168	897.557
Sul	Público	38.718	36.606	41.549	44.603	49.198	43.926	41.182
	Privado	44.816	54.481	52.583	60.124	75.484	103.684	129.859
	Total	83.534	91.087	94.132	104.727	124.682	147.610	171.041
RS	Público	7.190	5.857	8.005	8.041	7.628	8.213	9.654
	Privado	30.118	36.695	35.462	40.206	46.001	50.455	56.100
	Total	37.308	42.552	43.467	48.247	53.629	58.668	65.754
SC **	Público	13.953	13.350	15.612	20.021	24.369	14.818	9.171
	Privado	1.456	2.185	1.506	1.412	2.163	18.791	30.465
	Total	15.409	15.535	17.118	21.433	26.532	33.609	39.636
PR	Público	17.575	27.094	17.932	16.541	17.201	20.895	22.357
	Privado	13.242	5.906	15.615	18.506	27.320	34.438	43.294
	Total	30.817	33.000	33.547	35.047	44.521	55.333	65.651

Fonte: INEP

* Ingressos via vestibular até 1999 e via todos os processos seletivos em 2000.

** Os dados por natureza jurídica de Santa Catarina incorporam um problema: a não existência de uma regra clara ao longo do período para a classificação das Instituições Fundacionais (instituídas por leis municipais, de direito público, porém pagas) como públicas ou privadas. Assim, a grande mudança que ocorre, nos números do setor público e do setor privado, em Santa Catarina, de 1998 para 1999, é decorrência da mudança de metodologia de classificação das Instituições Fundacionais.

Tabela 4 – Número de Concluintes no Ano Anterior em Cursos de Graduação
Brasil – Região Sul – 1994 a 2000

Região	Natureza Jurídica	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	Público	84.882	87.862	94.951	244.180	106.082	105.360	112.451
	Privado	155.387	158.025	159.450	16.044	168.302	195.401	212.283
	Total	240.269	245.887	254.401	260.224	274.384	300.761	324.734
Sul	Público	20.317	20.386	22.702	23.257	23.717	20.929	20.923
	Privado	17.856	19.269	18.650	18.890	21.736	28.794	34.954
	Total	38.173	39.655	41.352	42.147	45.453	49.723	55.877
RS	Público	4.095	4.340	4.388	4.733	4.741	4.932	5.370
	Privado	11.593	12.623	11.988	11.059	12.862	14.212	16.172
	Total	15.688	16.963	16.376	15.792	17.603	19.144	21.542
SC *	Público	5.796	5.920	7.429	7.866	8.918	6.267	4.351
	Privado	770	1.145	715	834	728	4.195	7.271
	Total	6.566	7.065	8.144	8.700	9.646	10.462	11.622
PR	Público	10.426	10.126	10.885	10.658	10.058	9.730	11.202
	Privado	5.493	5.501	5.947	6.997	8.146	10.387	11.511
	Total	15.919	15.627	16.832	17.655	18.204	20.117	22.713

Fonte: INEP

* Os dados por natureza jurídica de Santa Catarina incorporam um problema: a não existência de uma regra clara ao longo do período para a classificação das Instituições Fundacionais (instituídas por leis municipais, de direito público, porém pagas) como públicas ou privadas. Assim, a grande mudança que ocorre, nos números do setor público e do setor privado, em Santa Catarina, de 1998 para 1999, é decorrência da mudança de metodologia de classificação das Instituições Fundacionais.

Na Tabela 4, verificamos que o número de concluintes também cresceu para o Brasil e para cada Estado da Região Sul, porém o crescimento do número de concluintes foi menor do que o crescimento do número de ingressos e do que o crescimento do número de matriculados. Para o Brasil a expansão do número de concluintes foi de 35,1%, na Região Sul foi de 46,4%, sendo que 37,3% no Rio Grande do Sul, 77% em Santa Catarina e 42,7% no Paraná.

Uma análise mais atenta da Tabela 2, da Tabela 3 e da Tabela 4 permite-nos constatar que, entre 1994 e 2000, na Região Sul, o crescimento do número de ingressos (104,7%, sendo 189,6% no setor privado) foi maior do que o crescimento do número de matriculados (77,9%, sendo 158,8% no setor privado) e, esse último, maior do que o crescimento do número de concluintes (46,4%, sendo 95,7% no setor privado). Essas diferenças nas taxas de crescimento são uma consequência dos seguintes fatos:

- Há uma defasagem de tempo para que o crescimento do número de ingressos seja transformado em crescimento do número de matriculados, pois os ingressos representam apenas uma parcela dos alunos matriculados³.
- Há uma defasagem de tempo para que o crescimento do número de matriculados seja transformado em crescimento do número de concluintes.

A grande expansão do número de ingressos, matriculados e de concluintes está fortemente ligado ao fato da existência de uma maior liberalização, por parte do Ministério da Educação (MEC), para o aumento da oferta de vagas no ensino superior. Essa liberalização, por sua vez, é oriunda das políticas do governo federal para o setor. Dentre elas, destacamos a substituição do Conselho Federal de Educação (CFE) pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O CFE era o órgão responsável pela autorização do funcionamento de cursos e de IES. Detinha maiores poderes e uma política diferente da do CNE no que diz respeito ao processo de expansão do setor de educação superior: punha em prática uma política que conduziu a uma contenção das vagas ofertadas. Ao contrário, o CNE vem criando incentivos para a expansão do setor.

Associado ao fim de um período de maior dificuldade para a criação de novas vagas, esteve o processo de valorização, por parte da sociedade brasileira, de um diploma em um curso superior como um dos principais fatores da expansão do número de matriculados no ensino superior.

A expansão, via setor privado, foi estimulada pelo governo federal por representar uma solução para os problemas da necessidade de expansão da educação superior e da falta de recursos do setor público.

Essa mudança estrutural do setor teve repercussões tanto sobre a demanda, conforme já verificado, quanto sobre a oferta. Na Tabela 5 abaixo, podemos observar o crescimento do número de IES entre 1995 e 2000 que foi decorrência das políticas públicas do Governo Federal para o setor de educação superior.

³ Esse fato significa que, mesmo que haja uma interrupção do crescimento do número de ingressos, o número de matrículas vai continuar crescendo, mesmo que por um período de tempo limitado.

Tabela 5 – Número de IES por Categoria Administrativa, Organização Acadêmica e UF
Brasil – Região Sul, 2000 e 1995

UF / Cat. Administrativa.	2000			1995		
	Total	Universidades	Outras IES	Total	Universidades	Outras IES
Brasil	1.180	156	1024	894	135	759
Pública	176	71	105	210	72	138
Privada	1004	85	919	684	63	621
Região Sul	176	36	140	120	29	91
Pública	34	13	21	38	16	22
Privada	142	23	119	82	13	69
Paraná	87	10	77	56	7	49
Pública	23	6	17	23	5	18
Privada	64	4	60	33	2	31
Santa Catarina *	41	11	30	20	7	13
Pública	4	3	1	9	7	2
Privada	37	8	29	11	0	11
Rio Grande do Sul	48	15	33	44	15	29
Pública	7	4	3	6	4	2
Privada	41	11	30	38	11	27

Fonte : MEC/INEP

* Os dados por natureza jurídica de Santa Catarina incorporam um problema: a não existência de uma regra clara ao longo do período para a classificação das Instituições Fundacionais (instituídas por leis municipais, de direito público, porém pagas) como públicas ou privadas. Assim, a grande mudança que ocorre, nos números do setor público e do setor privado, em Santa Catarina, de 1998 para 1999, é decorrência da mudança de metodologia de classificação das Instituições Fundacionais.

O número total de IES cresceu 32% de 1995 até 2000 no Brasil, tendo o número de IES privadas crescido 46,7%. O crescimento, ainda em termos de Brasil, foi menor no número de universidades do que no número de outras IES, apontando, portanto, um processo de desconcentração⁴. Essa desconcentração é uma decorrência de dois fatos:

- O fato de o período ter sido marcado pelo surgimento de uma grande quantidade de IES.
- O fato de a legislação só permitir a abertura de uma IES como Faculdade Integrada, Faculdade, Instituto ou Escola Superior, isto é, de não permitir que uma IES seja criada como uma universidade ou centro universitário.

Na Região Sul, o aumento no número de IES foi de 46,6%, tendo o número de IES privadas crescido 73,1%. Além disso, o número de universidades cresceu 24,2% enquanto as outras IES tiveram seu número aumentado em 53,8%.

Outro indicador do crescimento da oferta é dado pelo número de vagas oferecidas para ingresso de novos alunos. Da Tabela 6, temos que o número de vagas oferecidas pelas IES no

⁴ Entenderemos, ao longo do trabalho, por desconcentração, o fenômeno de diminuição do tamanho médio (dado pelo número de alunos) das IES. Assume-se que uma Universidade tem maior tamanho do que um Centro Universitário e que esse, por sua vez, tem um maior tamanho que Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores e Escolas Superiores.

Brasil cresceu 111,8% entre 1994 e 2000, sendo que as vagas oferecidas pelas privadas cresceram 144,7% no período.

Na Região Sul, o total de vagas ofertadas, entre 1994 e 2000, aumentou 111,6% (13,3% ao ano), sendo que o número foi de 68,7% (7,7% ao ano) para o Rio Grande do Sul, 171,4% (15,33% ao ano) para Santa Catarina e 146,5% para o Paraná (13,7% ao ano).

Além das já referidas mudanças nas políticas públicas para o setor e do grande crescimento de demanda, podemos apontar outros fatores que podem ter impulsionado a expansão da oferta:

- A preocupação das IES em ocupar os espaços ainda não ocupados por outras IES, mesmo que em áreas sem uma dinâmica econômica capaz de gerar uma demanda adequada, com vistas a um desenvolvimento futuro da região.
- A oferta de vagas no ensino superior por instituições que anteriormente só atendiam o ensino médio e básico, em virtude do maior dinamismo do mercado de ensino superior privado em relação aos mercados privados de ensino médio e básico, o que criou incentivos para um aumento de vagas no ensino superior privado.

Tabela 6 – Número de Vagas Oferecidas em Cursos de Graduação *
Brasil – Região Sul – 1994 a 2000

Região	Natureza Jurídica	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	Público	177.453	178.145	183.513	193.821	205.725	218.639	245.632
	Privado	396.682	432.210	450.723	505.377	570.306	685.995	970.655
	Total	574.135	610.355	634.236	699.198	776.031	904.634	1.216.287
Sul	Público	41.663	41.257	43.390	46.961	51.090	46.456	42.638
	Privado	59.677	64.497	63.010	68.256	86.933	118.061	171.832
	Total	101.340	105.754	106.400	115.217	138.023	164.517	214.470
RS	Público	7.919	8.211	8.199	8.261	7.843	8.216	9.639
	Privado	42.625	45.296	44.389	46.693	54.448	56.488	75.617
	Total	50.544	53.507	52.588	54.954	62.291	64.704	85.256
SC **	Público	15.212	15.087	16.587	21.616	25.724	15.547	9.847
	Privado	1.520	2.310	1.640	1.526	2.270	20.327	35.569
	Total	16.732	17.397	18.227	23.142	27.994	35.874	45.416
PR	Público	18.532	17.959	18.604	17.084	17.523	22.693	23.332
	Privado	15.532	16.891	16.981	20.037	30.215	41.246	60.646
	Total	34.064	34.850	35.585	37.121	47.738	63.939	83.978

Fonte: INEP

* Vagas oferecidas no vestibular até 1999 e em todos os processos seletivos em 2000.

** Os dados por natureza jurídica de Santa Catarina incorporam um problema: a não existência de uma regra clara ao longo do período para a classificação das Instituições Fundacionais (instituídas por leis municipais, de direito público, porém pagas) como públicas ou privadas. Assim, a grande mudança que ocorre, nos números do setor público e do setor privado, em Santa Catarina, de 1998 para 1999, é decorrência da mudança de metodologia de classificação das Instituições Fundacionais.

Em relação à caracterização das IES na Região Sul, existe uma diferenciação entre a configuração jurídica das instituições: no Rio Grande do Sul, no ano de 2000, grande parte da oferta é dado por IES privadas comunitárias e confessionais (77,2% das matrículas no estado); em Santa Catarina destacam-se as IES criadas por lei municipal, mas que cobram mensalidades, conhecidas como Fundacionais; e no Paraná, grande peso têm as privadas em sentido estrito (40,6% das matrículas no estado) e as estaduais (30,59% das matrículas).

Em termos da natureza dos cursos ofertados, a expansão do ensino superior ocorreu, principalmente, nos cursos que dispensam grandes investimentos em sofisticadas instalações, equipamentos e laboratórios, e não requerem dedicação exclusiva de professores e estudantes, podendo ser ministrados em um único turno – notadamente à noite (Hawerth, 1999).

No que diz respeito à distribuição capital / interior das vagas oferecidas, a década de noventa foi marcada por uma interiorização das matrículas em cursos de graduação: a participação das matrículas de cursos realizados nas capitais das unidades da federação caiu de 50,4%, em 1990, para 46,4%, no ano 2000. Para a Região Sul, no mesmo período, a participação das capitais caiu de 32,8% para 26,7%.

Após uma discussão isolada de demanda e da oferta, começaremos, na Tabela 7, a apresentar indicadores que incorporam conjuntamente a demanda e a oferta (ingressos por vagas oferecidas no vestibular, por exemplo), bem como outros indicadores educacionais e o PIB per capita, para alguns estados brasileiros em 2000. É interessante notar que todos os indicadores estão fortemente correlacionados com o PIB per capita, exceto o indicador de ingressos sobre vagas, o qual apresenta correlação negativa. Portanto, a demanda por educação está fortemente correlacionada com a renda per capita. Apesar de terem uma maior demanda por educação superior, as regiões mais ricas têm uma oferta ainda mais elevada, gerando um excesso de oferta sobre demanda mais acentuado do que nas regiões menos ricas.

Tabela 7 - Indicadores Educacionais Selecionados
Brasil 2000

	Matrículas Ensino Superior*	Matrículas Ensino Médio**	Vagas no Vestibular*	Vagas Vestibular por Egressos do Ensino Médio	Ingressos Vestibular por Vagas no Vestibular	PIB pc***
<i>Brasil ****</i>	11,52%	56,68%	5,20%	0,68	0,74	5.740
<i>Norte</i>	6,07%	46,05%	2,62%	0,46	0,86	3.380
Amazonas	7,37%	44,46%	3,88%	0,69	0,85	5.577
Pará	5,12%	44,08%	1,70%	0,32	0,82	2.705
<i>Nordeste</i>	6,08%	42,46%	2,08%	0,38	0,87	2.671
Ceará	5,65%	39,61%	1,49%	0,26	0,98	2.631
Paraíba	8,96%	37,14%	2,60%	0,53	0,95	2.296
Pernambuco	7,67%	49,71%	2,47%	0,38	0,89	3.279
Bahia	4,59%	45,72%	1,81%	0,33	0,84	3.206
<i>Sudeste</i>	14,28%	68,53%	7,23%	0,75	0,67	7.843
Minas Gerais	9,78%	66,28%	3,57%	0,37	0,90	5.239
Espírito Santo	10,09%	62,80%	4,96%	0,59	0,79	6.082
Rio de Janeiro	15,96%	64,72%	9,87%	1,40	0,59	7.946
São Paulo	16,22%	71,57%	8,24%	0,78	0,66	9.210
<i>Sul</i>	16,97%	61,00%	6,71%	0,82	0,80	6.878
Paraná	14,82%	64,05%	6,67%	0,69	0,78	6.446
Santa Catarina	16,99%	57,82%	6,54%	0,86	0,87	6.676
Rio Grande do Sul	19,12%	59,77%	6,84%	0,99	0,77	7.389
<i>Centro-Oeste</i>	13,31%	58,15%	6,08%	0,95	0,82	5.421
Mato G. do Sul	15,02%	50,34%	6,50%	0,99	0,84	4.695
Goiás	10,14%	60,93%	4,27%	0,64	0,86	3.603
Distrito Federal	20,26%	75,33%	9,72%	1,27	0,82	10.935

Fonte: MEC/INEP e IBGE.

* Porcentagem da população de 18 a 24 anos.

** Porcentagem da população de 15 a 18 anos.

*** Valores correntes de 1999, em reais.

**** O Plano Nacional de Educação de 1996 estipula uma meta para o Brasil, em 2006, de 30% da população de 18 a 24 anos matriculada em um curso superior.

Para podermos analisar o setor, apresentaremos, com base nos dados da Tabela 3 e da Tabela 6, o número de ingressos por número de vagas oferecidas. Quanto menor esse número, maior a ociosidade das vagas oferecidas para novos ingressos.

Tabela 8 – Ingressos por Vaga Oferecida em Cursos de Graduação *
Brasil – Região Sul – 1994 a 2000

Região	Natureza Jurídica	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	Público	0,90	0,89	0,91	0,94	0,95	0,96	0,95
	Privado	0,76	0,82	0,77	0,78	0,80	0,79	0,68
	Total	0,81	0,84	0,81	0,82	0,84	0,83	0,74
Sul	Público	0,93	0,89	0,96	0,95	0,96	0,95	0,97
	Privado	0,75	0,84	0,83	0,88	0,87	0,88	0,76
	Total	0,82	0,86	0,88	0,91	0,90	0,90	0,80
RS	Público	0,91	0,71	0,98	0,97	0,97	1,00	1,00
	Privado	0,71	0,81	0,80	0,86	0,84	0,89	0,74
	Total	0,74	0,80	0,83	0,88	0,86	0,91	0,77
SC	Público	0,92	0,88	0,94	0,93	0,95	0,95	0,93
	Privado	0,96	0,95	0,92	0,93	0,95	0,92	0,86
	Total	0,92	0,89	0,94	0,93	0,95	0,94	0,87
PR	Público	0,95	0,97	0,96	0,97	0,98	0,92	0,96
	Privado	0,85	0,92	0,92	0,92	0,90	0,83	0,71
	Total	0,90	0,95	0,94	0,94	0,93	0,87	0,78

Fonte: INEP

* Vagas oferecidas no vestibular até 1999 e em todos os processos seletivos em 2000.

Podemos ver que, para o setor privado, na Região Sul, após uma melhoria iniciada em 1995, a relação ingressos / vagas reduziu-se e mostrava, em 2000, uma situação muito semelhante à situação do ano de 1994. Em outras palavras: os ganhos obtidos pelo setor privado na Região Sul, logo após 1995, foram perdidos no final do período. Assim sendo, como a relação ingressos / vagas estava em 0,75 em 1994 e 0,76 em 2000, para o setor privado na Região Sul, o crescimento da oferta e o crescimento da demanda foram muito semelhantes. No caso do Rio Grande do Sul, o fato do indicador para o setor privado ter subido de 0,71 em 1994 para 0,74 em 2000 mostra que o crescimento da oferta foi menor do que o da demanda. Em Santa Catarina, entre 1994 e 2000, a relação ingressos / vagas passou de 0,96 para 0,86, denotando um maior crescimento da demanda em relação à oferta. No Paraná, houve um crescimento da demanda maior do que o da oferta, pois o indicador mostra que a relação caiu de 0,85 para 0,71.

Na Tabela 8, fornecemos um indicador de ociosidade inicial, isto é, através da relação ingressos sobre vagas oferecidas, podíamos saber quantas vagas não foram preenchidas após o ingresso dos alunos no início de seu período na IES. Mas, além dessa ociosidade inicial, não podemos esquecer que há uma evasão ao longo do curso, isto é, há alunos que abandonam um curso após nele ingressarem.

A partir dos dados do INEP, é possível calcular um indicador de evasão, com base no número de concluintes no ano de 1999 (apresentado na Tabela 7 na coluna referente ao ano 2000) e no número de ingressos no ano de 1994. Esse indicador incorpora, portanto, tanto os abandonos quanto os atrasos ao longo do período dos alunos que entraram em 1994 na IES, porém, inclui os atrasados que ingressaram antes de 1994. Esse indicador de evasão ficou em 29,9% (29,6% para o setor público e 30% no setor privado) para o Brasil, isto é, para cada 100

pessoas que ingressaram em 1994, 29,9% não concluíram seu curso em 1999. O indicador foi de 33,1% na Região Sul, 42,3% no Rio Grande do Sul (25,3% no setor público e 46,3% no privado), 24,6% em Santa Catarina⁵ e 26,3% no Paraná (36,3% no setor público e 13,1% no privado)⁶.

Com relação ao indicador vagas / ingressos por categoria administrativa (universidade, centro universitário ou instituição não-universitária⁷), não foi possível encontrar diferenças significativas entre as diferentes categorias, apesar das facilidades legais decorrentes da autonomia universitária para que as primeiras possam fazer alterações no perfil da oferta.

Apesar de ser muito importante para a análise do setor, a Tabela 8 contém um elevado nível de generalização. Passamos, portanto, para uma apresentação do indicador ingressos / vagas por microrregião, conjuntamente com a apresentação de outras variáveis relevantes para a análise do mercado de educação superior em cada microrregião⁸.

⁵ Os dados de Santa Catarina não são adequados para uma análise do crescimento do setor privado e do setor público, conforme comentado em notas que constam na Tabela 2, na Tabela 3, na Tabela 4, na Tabela 5 e na Tabela 6.

⁶ Na próxima seção do trabalho, apresentamos uma tabela que expõe as taxas de evasão para as IES da Região Sul, de acordo com o levantado na pesquisa de campo realizada pelo BRDE.

⁷ Como instituições não-universitárias entendemos as Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores e Escolas Superiores.

⁸ As informações apresentadas na Tabela 9, na Tabela 10 e na Tabela 11 são as referentes aos cursos oferecidos em cada microrregião, independentemente da localização da sede das IES que ofertam tais cursos.

Tabela 9 - Indicadores Educacionais Selecionados
Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - 2000

Conselho Regional de Desenvolvimento	Matrículas Ensino Superior*	Matrículas Ensino Médio**	Vagas no Vestibular*	Vagas Vestibular por Egressos do Ensino Médio***	Ingressos Vestibular por Vagas no Vestibular	PIB pc****
Alto Jacuí	16,04%	86,63%	6,63%	0,77	0,62	6.637,05
Campanha	14,19%	100,63%	11,83%	1,49	0,28	5.698,01
Central	19,82%	79,31%	5,33%	0,76	0,79	4.960,81
Centro-Sul	3,85%	77,33%	2,43%	0,43	0,47	5.685,32
Fronteira Noroeste	19,10%	129,80%	7,87%	0,47	0,79	6.588,42
Fronteira Oeste	9,46%	97,85%	6,97%	0,89	0,35	5.796,63
Hortênsias	7,04%	88,78%	2,85%	0,38	0,93	6.142,31
Litoral	6,68%	65,54%	5,12%	0,85	0,43	6.140,82
Médio Alto Uruguai	14,53%	69,87%	4,77%	0,54	0,92	4.900,81
Metropolitano Delta Jacuí	21,91%	97,35%	6,62%	0,83	0,81	6.988,27
Missões	12,83%	78,80%	3,64%	0,42	0,95	5.241,70
Nordeste	9,74%	86,17%	2,63%	0,30	0,76	5.806,35
Noroeste Colonial	23,31%	85,01%	6,92%	0,80	0,89	5.701,17
Norte	12,91%	69,11%	3,74%	0,56	0,93	6.669,67
Paranhana Encosta Serra	6,40%	76,43%	1,82%	0,25	1,00	8.963,26
Produção	19,97%	94,23%	5,42%	0,52	0,80	6.831,73
Serra	13,89%	54,95%	4,54%	0,86	0,97	11.384,04
Sul	19,34%	81,03%	5,29%	0,73	0,80	6.063,19
Vale do Caí	-	75,23%	0,64%	0,10	0,69	8.007,83
Vale do Rio dos Sinos	44,05%	79,57%	14,27%	2,13	0,82	10.574,06
Vale do Rio Pardo	14,43%	61,89%	3,98%	0,66	0,95	9.883,16
Vale do Taquari	6,53%	66,17%	3,58%	0,55	0,71	9.405,50
Rio Grande do Sul	19,12%	81,18%	6,36%	0,86	0,78	7.389,00

Fonte: MEC/INEP.

* Porcentagem da população de 18 a 24 anos.

** Porcentagem da população de 15 a 17 anos. Matrículas relativas ao ano de 2001.

*** Número de egressos relativo ao ano de 2000.

**** Valores correntes de 1999, em reais.

Tabela 10 - Indicadores Educacionais Selecionados
Microrregiões de Santa Catarina - 2000

Microrregião	Matrículas Ensino Superior*	Matrículas Ensino Médio**	Vagas no Vestibular*	Vagas Vestibular por Egressos do Ensino Médio***	Ingressos Vestibular por Vagas no Vestibular
Araranguá	11,28%	77,44%	4,11%	0,44	0,92
Blumenau	19,57%	89,77%	7,88%	0,92	0,86
Campos de Lages	12,55%	70,30%	10,16%	1,31	0,62
Canoinhas	11,07%	73,92%	3,88%	0,51	0,90
Chapecó	14,47%	84,46%	4,16%	0,46	1,00
Concórdia	10,62%	87,43%	4,19%	0,45	0,94
Criciúma	11,57%	85,13%	5,33%	0,56	0,91
Curitibanos	7,72%	56,64%	2,29%	0,39	0,82
Florianópolis	31,84%	91,01%	9,84%	1,27	0,90
Itajaí	24,69%	76,37%	7,62%	1,05	0,92
Ituporanga	3,53%	64,71%	1,51%	0,21	0,77
Joaçaba	18,34%	77,60%	5,66%	0,77	0,97
Joinville	12,73%	86,62%	4,45%	0,54	0,97
Rio do Sul	8,26%	79,31%	3,02%	0,34	0,95
São Bento do Sul	7,46%	79,47%	3,24%	0,40	0,72
São Miguel do Oeste	10,31%	75,72%	3,44%	0,33	0,96
Tabuleiro	-	52,86%	-	-	-
Tijucas	13,92%	75,79%	4,13%	0,48	0,92
Tubarão	18,37%	80,38%	5,01%	0,55	1,04
Xanxerê	8,36%	74,34%	3,22%	0,34	0,78
Santa Catarina	16,99%	81,55%	6,00%	0,72	0,89

Fonte: MEC/INEP.

* Porcentagem da população de 18 a 24 anos.

** Porcentagem da população de 15 a 17 anos. Matrículas relativas ao ano de 2001.

*** Número de egressos relativo ao ano de 2000.

Tabela 11 - Indicadores Educacionais Selecionados
Microrregiões do Paraná - 2000

Microrregião	Matrículas Ensino Superior*	Matrículas Ensino Médio**	Vagas no Vestibular*	Vagas Vestibular por Egressos do Ensino Médio***	Ingressos Vestibular por Vagas no Vestibular
Apucarana	18,53%	88,00%	8,56%	1,07	0,74
Assai	-	78,42%	-	-	-
Astorga	0,52%	82,47%	0,01%	0,00	-
Campo Mourão	11,53%	86,62%	4,01%	0,46	0,90
Capanema	-	76,44%	-	-	-
Cascavel	13,32%	81,21%	8,84%	0,95	0,75
Cerro Azul	-	38,47%	-	-	-
Cianorte	8,29%	82,22%	3,92%	0,61	0,81
Cornélio Procópio	12,62%	90,51%	4,72%	0,51	0,92
Curitiba	20,58%	87,58%	10,09%	1,18	0,72
Faxinal	-	85,24%	-	-	-
Floraí	-	121,81%	-	-	-
Foz do Iguacu	7,36%	83,83%	4,85%	0,54	0,76
Francisco Beltrão	5,04%	81,04%	2,05%	0,24	0,98
Goio-erê	1,93%	85,47%	0,56%	0,06	1,00
Guarapuava	6,86%	61,49%	3,62%	0,58	0,86
Ibaiti	1,41%	76,80%	1,64%	0,24	0,86
Irati	9,05%	74,67%	2,50%	0,33	1,00
Ivaiporã	6,96%	83,21%	2,66%	0,27	0,84
Jacarezinho	20,75%	79,28%	6,05%	0,70	0,92
Jaguariaíva	0,30%	55,14%	0,33%	0,03	1,00
Lapa	3,91%	54,08%	4,09%	0,81	0,56
Londrina	25,32%	93,25%	9,04%	0,95	0,85
Maringá	24,31%	94,80%	10,54%	1,15	0,83
Palmas	38,55%	64,62%	16,76%	3,12	0,76
Paranaguá	5,09%	82,78%	1,32%	0,17	1,00
Paranavai	12,03%	81,64%	5,45%	0,65	0,87
Pato Branco	8,03%	95,20%	4,02%	0,34	0,87
Pitanga	1,24%	62,34%	0,83%	0,11	1,00
Ponta Grossa	15,66%	83,77%	4,69%	0,56	0,99
Porecatu	-	91,52%	-	-	-
Prudentópolis	0,85%	60,55%	0,59%	0,10	1,00
Rio Negro	-	75,33%	-	-	-
São Mateus do Sul	1,91%	68,73%	0,55%	0,09	1,00
Telemaco Borba	0,79%	62,56%	0,23%	0,04	1,00
Toledo	18,63%	96,37%	7,82%	0,77	0,86
Umuarama	25,02%	91,87%	8,54%	0,86	0,85
União da Vitória	15,60%	64,33%	5,66%	0,84	0,95
Wenceslau Braz	-	75,75%	-	-	-
Paraná	14,82%	83,62%	6,63%	0,77	0,79

Fonte: MEC/INEP.

* Porcentagem da população de 18 a 24 anos.

** Porcentagem da população de 15 a 17 anos. Matrículas relativas ao ano de 2001.

*** Número de egressos relativo ao ano de 2000.

Após uma desagregação por microrregião, apresentamos, na Tabela 12, uma desagregação por áreas gerais e áreas detalhadas de educação.

Tabela 12 – Vagas Oferecidas e Ingressos, por Áreas Gerais e Áreas Detalhadas
Todos os Processos Seletivos – Brasil – 2000

Áreas Gerais e Áreas Detalhadas	Vagas (A)	Ingressos (B)	(B) / (A)
<i>Educação</i>	278.815	211.122	0,76
Ciências da Educação	101.778	76.368	0,75
Formação de Prof. Educ. Básica	14.595	12.705	0,87
Formação de Prof. Disciplinas Profissionais	28.945	21.921	0,76
Formação de professor de Educação Infantil	82	47	0,57
Formação de Prof. de Matérias Específicas	133.415	100.081	0,75
<i>Humanidades e Artes</i>	41.236	28.639	0,69
Artes (Cursos Gerais)	1.439	943	0,66
Belas-Artes	1.854	1.446	0,78
Design e estilismo	6.847	4.553	0,66
Filosofia e Ética	3.126	2.255	0,72
História e Arqueologia	5.911	4.555	0,77
Humanidades e Letras (Cursos Gerais)	16.628	11.723	0,71
Língua Materna	224	185	0,83
Línguas e Culturas Estrangeiras	584	337	0,58
Música e Artes Cênicas	3.005	1.776	0,59
Religião e Teologia	1.013	350	0,35
Técnicas Audiovisuais e Produção de Mídia	605	516	0,85
<i>Ciências Sociais, Negócios e Direito</i>	498.302	365.148	0,73
Biblioteconomia, Informação, Arquivos	2.897	2.119	0,73
Ciência Política e Educação Cívica	5.438	3.377	0,62
Ciências Sociais e Comportamentais	4.773	3.675	0,77
Comércio e Administração (Cursos Gerais)	489	294	0,60
Contabilidade e Tributação	51.916	34.818	0,67
Direito	133.272	110.867	0,83
Economia	27.064	15.650	0,58
Gerenciamento e Administração	179.929	129.469	0,72
Jornalismo e Reportagem	49.158	34.534	0,70
Marketing e Publicidade	10.333	7.393	0,72
Psicologia	26.186	19.214	0,73
Secretariado e Trabalhos de Escritório	6.367	3.421	0,54
Sociologia e Estudos Culturais	445	282	0,63
Vendas em Atacado e Varejo	35	35	1,00
<i>Ciências, Matemática e Computação</i>	119.504	84.706	0,71
Biologia e Bioquímica	15.920	12.152	0,76
Ciência da Computação	39.236	27.989	0,71
Ciências (Cursos Gerais)	1.322	673	0,51
Ciências Ambientais	682	566	0,83
Ciências da Terra	6.668	5.366	0,80
Estatística	1.777	1.406	0,79
Física	2.931	2.436	0,83

Matemática	8.076	5.769	0,71
Processamento de Informação	35.875	23.086	0,64
Química	6.817	5.078	0,74
Uso do Computador	200	185	0,93
<i>Engenharia, Produção e Construção</i>	<i>93.877</i>	<i>67.454</i>	<i>0,72</i>
Arquitetura e Urbanismo	15.103	10.268	0,68
Eletricidade e Energia	11.685	8.534	0,73
Eletrônica e Automação	9.886	7.245	0,73
Engenharia Civil e Construção	16.411	11.637	0,71
Engenharia e Profissões de Engenharia	18.895	13.425	0,71
Engenharia Mecânica e Metalurgia	13.630	10.314	0,76
Materiais	660	486	0,74
Mineração e Extração	310	306	0,99
Processamento de Alimentos	3.006	2.102	0,70
Química e Engenharia de Processos	3.938	2.795	0,71
Têxteis, Roupas, Calçados, Couros	197	189	0,96
Veículos a Motor, Construção Naval e Aeronáutica	156	153	0,98
<i>Agricultura e Veterinária</i>	<i>21.512</i>	<i>16.617</i>	<i>0,77</i>
Engenharia Florestal e Silvicultura	1.064	994	0,93
Horticultura	50	44	0,88
Produção Agrícola e Pecuária	11.468	8.759	0,76
Recursos Pesqueiros	400	310	0,78
Veterinária	8.530	6.510	0,76
<i>Saúde e Bem-Estar Social</i>	<i>126.755</i>	<i>99.239</i>	<i>0,78</i>
Enfermagem e Atenção Primária	19.772	15.558	0,79
Farmácia	14.593	11.657	0,80
Medicina	9.906	9.820	0,99
Odontologia	14.051	11.834	0,84
Saúde (Cursos Gerais)	14.686	10.223	0,70
Serviço Social e Orientação	8.608	6.949	0,81
Tecnologias de Diagnóstico e Tratamento Médico	512	418	0,82
Terapia e Reabilitação	44.627	32.780	0,73
<i>Serviços</i>	<i>36.286</i>	<i>24.632</i>	<i>0,68</i>
Ciências Domésticas	460	297	0,65
Esportes	80	79	0,99
Hotelaria, Restaurantes e Serviços de Alimentação	2.866	1.944	0,68
Proteção Ambiental (Cursos Gerais)	50	50	1,00
Proteção de Pessoas e Propriedades	30	30	1,00
Saúde e Segurança do Trabalho	25	15	0,60
Setor Militar e Defesa	30	30	1,00
Transportes e Serviços	1.616	714	0,44
Viagens, Turismo e Lazer	31.129	21.473	0,69
<i>Total</i>	<i>1.216.287</i>	<i>897.557</i>	<i>0,74</i>

Fonte: INEP.

Após a apresentação dos dados de oferta e demanda do setor de ensino superior, chegamos à clara conclusão que o setor cresceu muito a partir de 1994, principalmente o setor privado. A expansão foi, inicialmente, acompanhada por uma diminuição da ociosidade das

vagas oferecidas por vestibular ou outros processos de seleção, tanto no setor privado como no setor público. Mas embora a expansão não tenha se interrompido até o ano 2000, o movimento de queda da ociosidade inverteu-se no fim do período analisado, isto é, a oferta passou a crescer mais do que a demanda. Essa elevação da ociosidade é evidência da maior concorrência no setor.

Outro ponto: os estados da Região Sul apresentaram um crescimento maior do que a média nacional e possuíam, no ano 2000, uma melhor situação em termos de ociosidade do que a média brasileira. Destaque deve ser dado ao estado de Santa Catarina, o qual apresentou as maiores taxas de crescimento e a menor ociosidade dentre os estados da Região Sul. O crescimento acelerado de Santa Catarina fez com que o percentual de pessoas de 18 a 24 anos matriculadas em um curso superior se igualasse à média da Região Sul (conforme pode ser visto na Tabela 7).

Conforme comentado, no ano de 2000 havia um menor preenchimento das vagas oferecidas pelas IES do que nos anos anteriores. Esse é um indicador que vai ao encontro do que diz grande maioria dos agentes econômicos que trabalham com o setor de educação superior (administradores das IES, governos, acadêmicos...): de 2000 até 2002 houve um crescimento da oferta maior do que da demanda no setor privado. Segundo o entendimento geral, a insuficiência de renda estaria impedindo que a demanda continuasse crescendo. Dessa forma, e com perspectivas para os próximos anos que o crescimento continue num ritmo bem menor do que o observado principalmente até 2000, podemos dizer que a concorrência aumentou e vai aumentar ainda mais nos próximos anos.

Ainda com relação ao período 2000 – 2002, contamos com os dados de 24 IES entrevistadas pelo BRDE em pesquisa de campo empreendida na Região Sul. De acordo com tal fonte de dados, o número de matrículas cresceu 27,1% entre 2000 e 2002, o número de alunos ingressos aumentou 11,0% e o número de vagas oferecidas no vestibular aumentou 11,9%.

5 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS IES

Para auxiliar no correto entendimento da situação econômico-financeira das IES pagas (as privadas e as públicas pagas, como as Fundacionais de Santa Catarina), apresentamos as médias dos principais indicadores econômico-financeiros de uma amostra de 24 IES da Região Sul.

Tabela 13 – Indicadores Econômico – Financeiros * Médios das IES **
Região Sul – 2001 - 1999

Indicador	2001		2000		1999	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Endividamento (%)	68,08	45,91	61,95	44,10	63,39	62,88
Composição das Exigibilidades (%)	64,05	23,97	59,32	24,84	63,19	27,91
Imobilização do Pat. Líquido (%)	118,27	31,93	111,90	32,82	108,44	54,18
Part. Financiamentos no Ativo (%)	14,42	12,27	12,96	12,06	13,70	14,84
Endividamento Oneroso (%)	27,84	27,56	24,52	29,18	29,05	46,24
Part. Financiamento no Endividamento (%)	34,74	23,37	34,35	25,16	37,25	29,47
Part. Financiamento no Ativo Circulante (%)	39,42	35,27	31,61	36,19	33,37	36,99
Liquidez Geral	0,84	0,50	2,05	5,85	2,45	6,55
Prazo Médio de Recebimento	51,95	38,49	45,13	34,70	38,35	27,75
Rentabilidade do Ativo (%)	10,18	12,97	13,65	13,17	11,16	10,25
Giro do Ativo	1,37	1,70	1,34	1,97	1,20	1,39
Rentabilidade do P.L. Médio (%)	15,38	20,20	15,08	37,05	-6,39	99,34
Rentabilidade das Vendas (%)	6,43	6,96	10,29	7,56	9,01	7,85
Evolução Real das Vendas (%)	13,91	18,05	17,48	19,42	50,53	151,56

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo BRDE [inédito] e SERASA

* As fórmulas de todos os indicadores são exibidas no Anexo C.

** Amostra: 24 IES.

Uma outra informação de ordem econômico-financeira das IES pagas é o valor cobrado como mensalidade dos alunos. Na pesquisa de campo feita pelo BRDE, foram feitas perguntas sobre o valor da mensalidade mínima, o valor da mensalidade máxima e o valor da mensalidade média no ano de 2002. O resultado mostra que, na amostra considerada de 20 IES (17 de Santa Catarina e 3 do Rio Grande do Sul), a média das mensalidades mínimas ficou em R\$242, a média das mensalidades máximas ficou em R\$735 e a média das mensalidades médias ficou em R\$351. Dentro de nossa amostra, percebemos que os valores cobrados nas IES que são universidades estão, em média, um pouco acima dos valores aqui apresentados.

De acordo com o indicador Prazo Médio de Recebimento, apresentado na Tabela 13, e com o fato de que os pagamentos das mensalidades, em grande parte, são feitos à vista, podemos dizer que a inadimplência média na Região Sul era de cerca de 14%⁹, em 2001.

Ainda no que diz respeito à inadimplência, é interessante observar que ela é maior ao longo do semestre e diminuiu ao final do mesmo, em virtude da necessidade do aluno estar em dia para efetuar a matrícula.

Na pesquisa de campo empreendida pelo BRDE, obtivemos informações sobre evasão e inadimplência médias ao longo de um semestre. Essas informações são mostradas na Tabela 14¹⁰.

⁹ A título de comparação, em São Paulo, de acordo com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior, a inadimplência, no primeiro semestre de 2002, foi de 20,27%.

Tabela 14 – Média Aritmética da Evasão e da Inadimplência, por Natureza e Categoria IES da Região Sul – 2002 * - Em Porcentagem

IES		PR		SC		RS	
		Evasão	Inad.	Evasão	Inad.	Evasão	Inad.
Natureza	Pública	-	-	11	6	8	-
	Privada	-	-	7	10	13	2
Tipo	Universidade	-	-	7	10	14	2
	Centro Universitário	-	-	-	-	5	2
	Inst. Não-Universitária	-	-	6	8	-	-

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo BRDE [inédito]

* 22 IES entrevistadas

Em relação ao pagamento das mensalidades, de acordo com nossa pesquisa de campo, para as universidades e centros universitários (amostra de 11 IES, sendo 4 do RS e 7 de SC), 74,4% do total das mensalidades são pagas pelos próprios alunos, 11,7% são assumidas, através de bolsas e/ou crédito educativo, pelas próprias IES, 5,1% das mensalidades através de bolsas ou crédito dos governos estaduais, 5,0% pelo governos federal, 3,2% por outras instituições e 0,6% pelos governos municipais. Nas instituições não-universitárias (amostra de 4 IES de SC), 91,8% das mensalidades são pagas pelos alunos, 3,0% das mensalidades são assumidas pelas próprias IES, 3,0% por outras instituições, 1,6% pelo governo federal e 0,7% pelo governo estadual.

6 PROJETOS DE EXPANSÃO

Com base na pesquisa de campo realizada pelo BRDE junto às IES da Região Sul, apresentamos uma caracterização dos projetos de expansão da área construída e de qualificação e modernização da estrutura existente.

Das 26 IES que fazem parte dessa amostra, sendo 17 de Santa Catarina e 9 do Rio Grande do Sul, todas tinham projetos de expansão da área construída ou de qualificação e modernização em vigor ou em planejamento. Os projetos em vigor, no momento da realização da pesquisa de campo (maio/junho/julho de 2002), totalizavam cerca de R\$110 milhões e, os planejados, totalizavam aproximadamente R\$116 milhões.

Em relação à expansão do número de vagas, todas as 26 IES consultadas indicaram que, nos próximos anos, pretendem expandir o número de vagas em novos cursos de graduação e em novos cursos de pós-graduação, 18 indicaram que vão expandir as vagas em cursos já existentes, 15 em cursos seqüenciais, 13 em cursos de pós-graduação já existentes e 9 citaram que vão abrir, nos próximos anos, vagas em outros tipos de cursos.

As 26 IES tinham, no período da pesquisa de campo, em 2002, 201 mil alunos, o que representa cerca de 37% do total de alunos matriculados na Região Sul no ano de 2000.

¹⁰ Maiores informações sobre evasão são dados na seção anterior.

7 POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS

Antes de apresentarmos as políticas públicas federais, vamos expor algumas análises e recomendações de políticas públicas de organismos internacionais que têm influenciado as políticas públicas federais.

Analisando documentos internacionais do Banco Mundial e da UNESCO, percebemos que o conceito de universidade vem sendo paulatinamente substituído pelo de ensino superior, que abrange todos os níveis e modalidades de educação posterior ao ensino médio. Também a antiga missão da universidade - ensino, pesquisa e extensão – foi substituída por ensino, pesquisa e serviços. A estratégia indicada pelo Banco Mundial para a reforma do ensino pós-secundário aponta para o fomento de variedades de IES, bem como a educação à distância, buscando-se estimular a ampliação das instituições privadas e a manutenção das públicas, se possível, sem custo para o Estado ou a baixo custo. É nesse vetor que se colocam os programas universitários de crédito, política que pretende gerar igualdade de oportunidades para pessoas de baixa renda.

O Banco Mundial recomenda, também, a organização de cursos de curto prazo, investigações contratadas pela indústria, prestação de assessorias e consultorias. Tudo isso, somado à adoção de políticas de qualidade, adaptabilidade e equidade.

Assim sendo, é nesse contexto que devemos entender as políticas que vêm sendo adotadas pelo governo brasileiro.

7.1 AUTORIZAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DAS IES

As políticas públicas recentes na área de ensino superior, bem como a legislação delas oriunda, estabelecem uma maior facilidade para a criação de novas IES e de novos cursos.

De acordo com a Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC, atualmente, o simples cumprimento dos requisitos legais previstos garante o credenciamento da instituição solicitante, isto é, dá a autorização para que a instituição possa ofertar um curso superior. Esse procedimento difere muito do adotado antes de 1994, quando havia uma grande dificuldade para o credenciamento de novas instituições¹¹.

Depois de credenciada, após um determinado prazo, a IES terá que solicitar ao MEC o seu credenciamento, o qual deverá ser renovado periodicamente.

As políticas de credenciamento e de credenciamento das IES têm se constituído em instrumento fundamental de controle da qualidade.

¹¹ Como decorrência dessa mudança de políticas públicas, o setor privado vem assumindo uma maior participação na oferta total de vagas (conforme anteriormente apresentado) e, portanto, uma maior importância no setor.

Embora inicialmente a vontade do governo fosse utilizar mais o Exame Nacional de Cursos - Provão¹² para fazer o controle da qualidade, atualmente, tal política de controle tem sido efetivada através da negativa de credenciamento ou credenciamento às IES¹³ que não cumprirem os requisitos determinados pelo MEC. As IES credenciadas que não obtêm o credenciamento ficam impedidas de fazer a admissão de novos alunos.

Segundo a assessoria de comunicação do MEC, tem melhorado o desempenho da maioria dos cursos submetidos ao processo de renovação de autorização de funcionamento e, nas IES, verifica-se melhoria nos currículos, condições de infra-estrutura, qualificação dos docentes e conceitos dos cursos.

Adicionalmente aos processos de credenciamento e de credenciamento, os cursos superiores precisam do reconhecimento do MEC para o seu funcionamento, nos seguintes casos:

- Cursos superiores ofertados por faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores.
- Cursos superiores ofertados por centros-universitários, quando localizados fora de sua sede.
- Cursos superiores ofertados por universidades, quando localizados em uma unidade da federação que não a da sua sede.

Apesar dessa regulamentação, diversas IES têm criado cursos sem aprovação prévia. A estratégia tem sido forçar o credenciamento via fato consumado, uma vez que a fiscalização e a decisão do MEC podem consumir longo tempo e a decisão ser proferida com a primeira turma já no meio do curso. Essa estratégia, às vezes, vem sendo utilizada como forma de estabelecer uma concorrência predatória, por IES que desejam ocupar espaços onde já há outra(s) IES estabelecida(s).

As informações a respeito de credenciamento e credenciamento das IES e do reconhecimento dos cursos passarão a estar disponíveis para o público em geral, na internet, no endereço www.educacaosuperior.inep.gov.br. Tal ação tem o objetivo de tornar mais difícil o funcionamento de IES não credenciadas.

7.2 O CONTROLE DA QUALIDADE FEITO PELO GOVERNO FEDERAL

Em contraposição à diminuição na participação na oferta de vagas em cursos superiores, o setor público tem elevado o seu controle sobre o universo das IES no Brasil. O controle foi planejado e tem sido efetuado com o intuito de orientar, medir ou garantir a qualidade das IES. Dentre os principais mecanismos de controle citamos:

- i) Plano Nacional de Educação;
- ii) Plano de Desenvolvimento Institucional;

¹² O Exame Nacional de Cursos – Provão será caracterizado na próxima subseção.

¹³ Conforme dispõe a Portaria MEC de número 1.465/01.

- iii) Exame Nacional de Cursos – Provão;
- iv) Avaliação das Condições de Oferta;
- v) Censo Educacional.

7.2.1 Plano Nacional de Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação está previsto na Constituição Federal de 1988 e incorpora as diretrizes e metas para o setor de educação, de 1996 até 2006.

De acordo com o PNE, os governos federal, estaduais e municipais têm o compromisso de adotar, até 2006, medidas para elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, reduzir as desigualdades sociais e regionais e democratizar a gestão da educação pública.

Como forma de subsidiar a implementação e monitoramento das políticas educacionais, o PNE define como prioridade o desenvolvimento de sistemas de informação e avaliação em todos os níveis de ensino. Nesse aspecto, o País já conta com um sistema formado pelo Exame Nacional de Cursos (o Provão), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o qual deverá ser reforçado por determinação do PNE.

No caso do ensino superior, o PNE estabelece que a oferta de vagas na graduação deverá atingir pelo menos 30% da população de 18 a 24 anos. Essa meta é bastante ambiciosa, pois, apesar do número de alunos matriculados ter crescido 62,2% entre 1994 e 2000, essa relação era de 11,5% no ano de 2000 (17% no caso da Região Sul).

7.2.2 Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um documento emitido pela IES que define a missão da IES e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deve contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento.

Deverá apresentar, ainda, um quadro - resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura.

Se a IES tiver apresentado PDI quando do credenciamento, o documento institucional deverá incluir, também, uma comparação entre os indicadores de desempenho constantes da proposta inicial e uma avaliação considerando-se a situação atual.

Os dados e informações sobre a IES, constantes do PDI, deverão abranger sua organização institucional e pedagógica, seu corpo docente e suas instalações.

7.2.3 Exame Nacional de Cursos – Provão

O Exame Nacional de Cursos, realizado anualmente, avalia a qualidade do curso por meio dos conhecimentos demonstrados pelos graduandos.

Foi aplicado pela primeira vez em 1996. Em 2002, 90% de todos os concluintes de educação superior no país foram avaliados.

O objetivo do Provão é traçar um diagnóstico dos cursos avaliados e servir de instrumento para a melhoria do ensino oferecido. Ele também tem um papel fundamental na prestação de informações à sociedade.

7.2.4 Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação

A avaliação das condições de oferta é realizada por especialistas, mestres e doutores, indicados pela comunidade acadêmica. Em visitas técnicas, os especialistas avaliam a qualidade acadêmica dos cursos a partir de um conjunto de indicadores sobre corpo docente, organização didático-pedagógica e instalações, especialmente laboratórios e bibliotecas.

A avaliação das condições de oferta compreende as seguintes ações:

- Avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP.
- Avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior, considerando, pelo menos, os seguintes itens:
 - grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;
 - plano de desenvolvimento institucional;
 - independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição;
 - capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação;
 - estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação;
 - critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;
 - programas e ações de integração social;
 - produção científica, tecnológica e cultural;
 - condições de trabalho e qualificação docente;
 - a auto-avaliação realizada pela instituição e as providências adotadas para saneamento de deficiências identificadas;
 - os resultados de avaliações coordenadas pelo MEC.
- Avaliação dos cursos superiores, efetuada nos locais de funcionamento dos cursos, considerando os seguintes pontos:
 - organização didático-pedagógica;
 - corpo docente, considerando principalmente a titulação, a experiência profissional, a estrutura da carreira, a jornada de trabalho e as condições de trabalho;

- adequação das instalações físicas gerais e específicas, tais como laboratórios e outros ambientes e equipamentos integrados ao desenvolvimento do curso;
- bibliotecas, com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento.

É importante ressaltar que as avaliações realizadas pelo INEP subsidiarão os processos de credenciamento de IES e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Com relação à avaliação de programas de mestrado e doutorado, a mesma será realizada por área de conhecimento, pela CAPES, de acordo com critérios e metodologias próprios.

7.2.5 Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior, um levantamento anual sobre as condições do ensino de graduação no País, é realizado pelo INEP e traz o número de matriculados, de ingressos e de concluintes das IES, o nível de qualificação dos professores e também as condições de cada IES.

As IES que não respondem ao questionário, assim como seus cursos, perdem o direito de se inscrever no Exame Nacional de Cursos, o Provão, e de se submeter à Avaliação das Condições de Ensino. É a partir dessas avaliações que o MEC renova o reconhecimento dos cursos superiores.

7.3 O FINANCIAMENTO AOS ALUNOS E ÀS IES

Outro ponto ligado às políticas públicas é o financiamento da educação como um todo, e o da educação superior em particular. Sobre essa questão temos como balizador o texto constitucional, que define a dotação orçamentária de no mínimo de 18% da receita resultante de impostos a ser realizada pela União, e de 25% no caso dos Estados, Distrito Federal e Municípios, preferencialmente para o ensino da rede pública.

Também de acordo com a Constituição Federal, é do governo federal, e não dos governos estaduais e municipais, a responsabilidade principal na organização e no financiamento da educação superior. Nesse sentido, foi criado pelo Governo Federal o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado à concessão de financiamento com retorno a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo MEC.

São passíveis de financiamento pelo FIES até setenta por cento dos encargos educacionais cobrados dos estudantes por parte das IES, devidamente cadastradas para esse fim

pelo MEC, em contraprestação aos cursos de graduação em que estejam regularmente matriculados.

Os financiamentos concedidos com recursos do FIES deverão observar os pontos seguintes, entre outras condições:

- O prazo não poderá ser superior à duração regular do curso.
- Os juros serão estipulados para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento.
- Oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado.
- A amortização terá início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado.
- Os agentes financeiros e as IES participarão do risco do financiamento nos percentuais de vinte por cento e cinco por cento, respectivamente, sendo considerados devedores solidários nos limites especificados.

Os recursos repassados às IES por conta do FIES o são na forma de títulos da dívida pública, representados por certificados de emissão do Tesouro Nacional. Esses certificados só podem ser utilizados pelas IES no pagamento de obrigações previdenciárias junto ao INSS, sendo facultado às IES a negociação desses com outras pessoas jurídicas. Devido a essa sua caracterização, o FIES vem tendo, segundo os administradores das IES, uma aceitação, por parte das instituições, menor do que teria se seu pagamento fosse realizado em dinheiro. Isto é, a limitação em sua utilização cria uma limitação em sua aceitação.

A Tabela 15e a Tabela 16 mostram o total de recursos aplicados pelo FIES e o número de alunos beneficiados, respectivamente.

Tabela 15 - Recursos do FIES, 2000 e 2001
Valores em Reais (R\$)

	2000	2001
Crédito Orçamentário Inicial	809.317.960	590.639.568
Suplementação	52.613.872	25.000.000
Total	861.931.832	615.639.568
Repasse às Mantenedoras	415.020.029	431.761.285
Saldos Devedores dos Contratos	457.203.173	935.029.583

Fonte: MEC/Relatórios de Gestão FIES/2000 e 2001

Tabela 16 – Número de Estudantes Atendidos pelo FIES, 1999-2001

Período	Número de Alunos Financiados
Saldo em 1999*	67.202
2000	35.299
2001	48.456
Saldo em 2001*	150.677

Fonte: MEC/Relatórios de Gestão FIES/2000 e 2001

* Os saldos consideram as quitações realizadas no período.

O número de estudantes atendidos pelo FIES em 2001, de 150.677, corresponde a cerca de 8% do total de alunos matriculados nas IES privadas do Brasil no ano de 2000¹⁴.

De acordo com a SESu/MEC, o programa não atendeu a todos os solicitantes pois as exigências de garantias adicionais inibem quem realmente necessita do financiamento. Na análise da SESu, os valores aplicados no FIES não devem ter um crescimento significativo nos próximos anos, independentemente do resultado das eleições de 2002.

Além do financiamento aos estudantes, através do FIES, o Governo Federal instituiu um programa de financiamento às IES. Trata-se do Programa de Melhoria e Qualificação do Ensino Superior (PMQES) o qual é gerenciado pelo BNDES e pelo MEC.

A Tabela 17 mostra o total dos valores financiados e o total dos valores investidos até abril de 2002 através do PMQES.

Tabela 17 – Valores Investidos e Financiados – PMQES
Por Agente Financeiro – Até abril de 2002
Valores em Reais (R\$)

Agente	Valor Financiado* (1)	Valor Investido* (2)	% Financiamento (1) / (2)	% do Total
Banrisul	62.365.054	73.053.456	85	22
Real de Inv. (Alfa)	40.887.111	45.430.123	90	14
Bandeirantes	29.259.181	51.253.780	57	10
Itaú	23.079.076	39.755.000	58	8
BESC	23.009.333	31.318.467	73	8
Bradesco	21.427.941	27.687.661	77	7
BRDE	16.968.333	21.996.147	77	6
Santos	14.700.000	23.700.000	62	5
Sudameris	13.334.612	26.936.111	50	5
BB	12.876.796	18.902.759	68	4
Unibanco	9.530.600	23.712.000	40	3
BCN	7.111.793	8.254.000	86	2
Badesc	5.333.333	6.063.467	88	2
HSBC	4.645.076	8.071.000	58	2
Santander	2.009.000	2.682.000	75	1
Real ABN	2.000.000	2.500.000	80	1
Total da Região Sul	137.180.054	165.491.538	83	48
Total	288.537.241	411.315.972	70	100

Fonte: BNDES

* Nas operações sindicalizadas os valores foram divididos em partes iguais entre os agente financeiros.

7.4 OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS

Diversas políticas relativas ao ensino superior são decorrentes da LDB. Com ela, alterou-se o processo de seleção para ingresso nos cursos de graduação, deixando o vestibular de ser a única alternativa existente. Flexibilizaram-se a estrutura e o funcionamento dos cursos superiores, facilitando a criação de cursos que visem à formação de profissionais em diferentes

¹⁴ Os dados de matriculados para 2001 em IES privadas ainda não haviam sido disponibilizados pelo INEP quando da elaboração deste trabalho.

áreas de conhecimento ou cursos seqüenciais, por campos de saber. Com relação à autonomia, a LDB propicia às universidades maior elasticidade em sua organização interna. Tanto com relação à criação de cursos, fixação de currículos, quanto à assinatura de contratos e convênios, execução de planos de investimento, administração de rendimento e recebimento de subvenções. A nova legislação faculta, também, às universidades, públicas inclusive, implementar cursos pagos, vender serviços e firmar convênios com o setor privado. O controle estatal a tal autonomia dá-se por meio do credenciamento de cursos, de diretrizes curriculares e da avaliação permanente dos cursos de graduação e pós-graduação.

O MEC tem incentivado a oferta de cursos à distância e, principalmente, de cursos seqüenciais por parte das IES. Os cursos à distância têm sido incentivados em boa parte por serem encarados como os que têm um grande potencial de formar os professores do ensino básico¹⁵. Os seqüenciais, por causa de sua menor duração e menor custo em relação aos cursos de graduação tradicionais e por causa de sua maior rapidez de acompanhamento dos movimentos da demanda por parte da sociedade.

De acordo com a SESu/MEC, o ensino à distância requer um amadurecimento dos métodos e meios empregados em seu desenvolvimento. Quanto aos cursos seqüenciais, vem ocorrendo problemas para o reconhecimento dos formandos de alguns cursos por parte dos conselhos profissionais, sendo, portanto, mais viáveis aqueles relativos a profissões ainda não regulamentadas.

8 POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Apesar de o ensino superior ser de responsabilidade principal do Governo Federal, os Governos Estaduais não estão alheios ao setor. Caracterizaremos as políticas públicas dos Governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

8.1 RIO GRANDE DO SUL

A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul prevê, em seu Artigo 201, § 3º, que “o Estado aplicará meio por cento da receita líquida de impostos próprios na manutenção e desenvolvimento do ensino superior comunitário, cabendo à lei complementar regular a alocação e fiscalização desse recurso”.

A Lei Complementar que trata do assunto (LC 10.713/96) prevê a referida aplicação através do Programa de Crédito Educativo - PROCRED, aos alunos de graduação ou em cursos de pós-graduação, com insuficiência de recursos próprios ou familiares, desde que para formação de recursos humanos em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado, a serem definidas anualmente, através de decreto do Poder Executivo.

Os recursos recebidos através do PROCRED serão reembolsados à Secretaria da Educação, através do Sistema Financeiro Estadual, em moeda corrente nacional, atualizados

¹⁵ A LDB dispõe (art. 87 caput e § 4º) que, a partir de dezembro de 2006, os professores do ensino básico tenham um curso superior completo.

com os valores das mensalidades do curso à época do pagamento, ou através de serviços prestados ao Estado.

Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, tanto em 1999 como em 2000, foram creditados no Fundo do PROCRED R\$ 3.367.520,00. Em 2001, o crédito caiu 23%, chegando a R\$ 2.578.476,00. Para 2002, foi empenhado um valor de R\$ 3.500.000,00.

Um fato novo na política pública gaúcha é a oferta de vagas diretamente pelo governo estadual através da criação da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), que teve o ingresso de seus primeiros alunos em 2001.

8.2 SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, a Constituição Estadual prevê, em seu Art. 170¹⁶, que “ o Estado prestará anualmente, na forma da lei complementar, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina.” Também prevê que “os recursos relativos à assistência financeira não serão inferiores a cinco por cento do mínimo constitucional que o Estado tem o dever de aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.”

Na lei complementar estadual nº 180 de 16/07/1999, prevista no Art. 170, ficou definido que, a partir do exercício fiscal de 2002, a destinação dos recursos será da seguinte forma:

- Noventa por cento será destinado aos alunos matriculados nas Fundações Educacionais de Ensino Superior (as IES Fundacionais), instituídas por lei municipal, divididos da seguinte forma: cinquenta por cento deverá ser aplicado na concessão de bolsas de estudo, dez por cento na concessão de bolsas de pesquisa, para o pagamento de mensalidades e quarenta por cento deverá ser aplicado na concessão de crédito educativo.
- Dez por cento será destinado à concessão de crédito educativo aos alunos matriculados nas IES legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina.

Nesse modelo de concessão de crédito, assim como no FIES e nos modelos de crédito de outros estados, é exigida garantia pessoal mediante aval, dos pais, responsáveis ou, na falta destes, por outro avalista aceito pelo agente financeiro.

Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Educação de Santa Catarina, o número de alunos beneficiados pelo Artigo 170, no primeiro semestre de 2000, foi de 14.925, em um universo de 80.380 alunos matriculados. No segundo semestre de 2000, esse número subiu para 14.972, sendo que havia 33.720 alunos inscritos no Programa, contemplando 13 IES (distribuídas em 21 unidades). Em termos financeiros, isso representou R\$ 15.028.019,01.

¹⁶ Já considerando a EC/15, de 16/06/99, que altera a redação deste artigo para abrigar também outras instituições de ensino superior, além daquelas criadas pelo poder municipal.

Para 2002, permanece o mesmo número de IES contempladas, sendo que estão sendo atendidos 19.352 alunos – para um total de 30.740 inscritos -, e o valor destinado ao Programa foi R\$ 23.518.968,00.

8.3 PARANÁ

No Paraná, não há preceito constitucional específico sobre destinação de recursos para o ensino superior. Em contrapartida, a oferta de vagas em universidades estaduais é elevado em comparação os outros estados da região Sul (em 2000, 56.932 matrículas, correspondendo a 30,6% do total de alunos matriculados). Constata-se, portanto, que a política pública paranaense privilegia a oferta direta de vagas ao invés do financiamento de vagas em IES privadas.

9 A QUESTÃO DA FILANTROPIA

Já de início, ao abordarmos a questão da filantropia, há que se diferenciar duas situações:

- i) A que trata da imunidade tributária de instituições eleitas pela Constituição;
- ii) A que trata das instituições registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, para obtenção de certificado de fins filantrópicos.

Quanto à primeira situação, a Constituição Federal¹⁷ veda aos governos a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços às instituições de educação sem fins lucrativos. As IES que se encaixam em tal situação, mas que não têm o referido certificado, precisam, na maioria das vezes, buscar a garantia de seu direito por vias judiciais.

Na segunda situação, podem obter o certificado de fins filantrópicos as instituições que se enquadrarem à legislação em vigor¹⁸, que solicita, entre outras coisas, que a pessoa jurídica sem fins lucrativos, aplique, anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços. O certificado tem validade de três anos, sendo permitida a sua renovação, e garante à instituição o não pagamento das contribuições patronais ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

10 COMPETITIVIDADE E ESTRATÉGIA

Nesta seção estaremos analisando a competitividade e as estratégias das IES pagas, embora seja possível, em alguns momentos, estender a análise às IES não pagas.

¹⁷ Artigos 150 e 195 da Constituição Federal.

¹⁸ Vide: i) Medida Provisória 2.129-6, de 23 de fevereiro de 2001, publicada no Diário Oficial em 26 de fevereiro de 2001; ii) Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 em seu inciso IV do artigo 18; iii) Resolução CNAS 177/00; iv) Decreto 2.536, de 6 de abril de 1998 e v) Decreto 3.504, de 13 de junho de 2000.

O período que vai de 1980 até 1994, marcado pelo reduzido crescimento do setor de educação superior, podia ser caracterizado da seguinte forma:

- O planejamento para o futuro era dado apenas por uma repetição do passado.
- O governo não permitia, com facilidade, a criação de novas IES.
- O fator de sucesso para as IES era dado apenas pelo controle de seus custos.
- As diferenças em termos de estratégias de marketing não eram percebidas claramente.
- Os alunos, os egressos e a sociedade exerciam pouca pressão relevante sobre as IES no sentido de adequar os cursos às suas necessidades.
- Os cursos oferecidos pelas IES modificavam-se pouco no decorrer do tempo.

Após 1994, ao mesmo tempo em que observamos um aumento no número de vagas e de matrículas no setor, começamos a observar como padrão os seguintes pontos:

- A visão do futuro passou a não ser só uma previsão baseada no passado.
- O governo começou a facilitar a criação de novas IES.
- O sucesso das IES passa pela adaptação dos cursos às necessidades do mercado, criando um processo de diferenciação dos cursos ofertados no mercado.
- Os clientes, os egressos e a sociedade passaram a exercer pressão sobre as IES para adequar os cursos às suas necessidades sentidas.
- Os cursos oferecidos pelas IES passaram a ser modificados com o decorrer do tempo.

Enquanto no período anterior a 1994 bastava às IES controlar os seus custos para buscar um bom resultado, elas passaram a ter que se preocupar com uma série de outras variáveis a partir de 1995. Seu sucesso passou a depender, além da administração dos custos, da qualidade e da diferenciação de seus cursos, do desempenho dos egressos no Provão, de sua inserção e integração à comunidade, do desempenho dos egressos no mercado de trabalho, do seu plano de marketing. Essa mudança acompanha um processo de aumento da concorrência no setor.

Mas, de fato, pelo que as IES pagas competem? Podemos dizer que por alunos que possam ser financiados ou tenham condições financeiras de pagar seus custos para estudar até o final do curso e/ou por alunos qualificados e/ou pela melhor colocação no mercado de trabalho dos egressos de seus cursos.

Assim, uma das principais dificuldades para a continuidade do crescimento forte verificado recentemente é a falta de capacidade do candidato de ser financiado ou arcar com os custos de alimentação, moradia, transporte, vestimentas, material didático e da mensalidade da IES se for o caso.

Como superar essa dificuldade?

- Através de financiamentos aos alunos.
- Através de bolsas aos alunos (recursos da própria IES; de empresas a empregados e / ou seus dependentes; recursos dos governos Federal, Estadual e Municipal).

- Através de uma maior proximidade do local de residência do aluno (raio inferior a de 80Km¹⁹), reduzindo o custo com moradia e / ou transporte.

Outra dificuldade fundamental é a inadequada qualificação dos ingressantes. Esta dificuldade pode ser minimizada com grade curricular que contemple revisões de matérias essenciais ao curso a ser freqüentado.

Em relação às estratégias de atuação no mercado, podemos dizer que, de uma maneira geral, existem três estratégias de competição no setor:

- i) Estratégia da busca da qualidade.
- ii) Estratégia de menor custo.
- iii) Estratégia de busca de nichos de mercado.

A primeira estratégia coloca as IES ou alguns de seus cursos numa trajetória de aumento da qualidade. Ponto importante é a questão dos recursos humanos, tanto no que diz respeito à contratação de professores, quanto à seleção dos novos alunos. Fator que facilita a adoção dessa estratégia é o fato de a IES ter uma longa e conhecida trajetória de ensino e pesquisa na comunidade.

A estratégia baseada em custos procura incorporar os alunos que não tenham condições de ingressar nas IES públicas ou nas IES privadas que focam a questão da qualidade, através da oferta de cursos com um padrão mínimo de qualidade e com mensalidades menores.

A busca por um nicho de mercado é uma estratégia que faz com que a oferta se molde a um determinado e específico padrão de demanda. Assim sendo, pode haver a opção por concentração em uma determinada área do conhecimento, a opção por concentração em cursos de pós-graduação, etc.

Podemos dizer que existe uma série de aspectos que permitem algum tipo de segmentação no mercado de educação superior no Brasil. Citamos alguns:

- Tipo de IES (Universidades, Centro Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores e Escolas Superiores).
- Área de conhecimento.
- Tipo de cursos (graduação, pós-graduação, extensão, seqüenciais e à distância).
- Qualificação anterior dos candidatos aprovados no vestibular.
- Oferta de sistema de ingresso diverso ou diferenciado ao vestibular (pontos adicionais pelo desempenho no Enem, avaliação continuada, análise do histórico e experiência profissional na área, por exemplo).

¹⁹ Esse é número utilizado por boa parte dos administradores das IES para o dimensionamento do mercado para um curso.

11 ESTIMATIVAS DE DEMANDA FUTURA

A estimação de demanda futura vai requerer, além da continuidade do uso dos dados do INEP, a utilização dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do IBGE. Nesse sentido, cabe uma breve diferenciação entre essas fontes de dados. Os dados do INEP cobrem a totalidade das pessoas que estão cursando o ensino superior, porém, o INEP não disponibiliza informações mais acuradas para renda e idade de cada indivíduo. Por isso utiliza-se a PNAD, que não cobre a totalidade das pessoas cursando o ensino superior, mas possuiu informações de idade e renda para cada indivíduo consultado na amostra. Portanto, quando apresentarmos dados extraídos da PNAD estaremos sempre apresentando estimativas, ao contrário dos dados do INEP, que são precisos, por cobrirem a totalidade da população²⁰.

Como, no início deste estudo setorial, os dados da PNAD mais recentes eram os de 1999, as estimativas realizadas terão como base o ano de 1999.

É importante que, antes de apresentarmos as estimativas, façamos uma descrição dos conceitos a serem utilizados:

- Demanda efetiva: pessoas efetivamente matriculadas em uma IES.
- Potencial de Demanda Adicional: pessoas que têm o mesmo perfil etário das pessoas que estão cursando o ensino superior²¹, que já concluíram o ensino médio, mas que não ingressaram em uma IES, por falta de condições financeiras ou por qualquer outro motivo.
- Demanda Potencial: soma da demanda efetiva e do potencial de demanda adicional.

A ilustração a seguir deve deixar mais clara a relação existente entre os três conceitos apresentados:



A Tabela 18, abaixo apresentada, mostra os números, para o ano de 1999, da demanda efetiva, do potencial de demanda adicional e da demanda potencial, de acordo com os dados do INEP e com as estimativas realizadas a partir da PNAD.

²⁰As estimativas da PNAD são tão mais confiáveis quanto maior for o tamanho da amostra utilizada. Assim, no decorrer dessa seção, toda a vez que reduzirmos o tamanho da amostra trabalhada para focarmos um ou mais subgrupos de nossa amostra, a precisão das estimativas tende a cair.

²¹Através da PNAD, estimamos o perfil etário das pessoas que estavam cursando o ensino superior, isto é, calculamos para todas as idades e para cada estado, qual a porcentagem de pessoas no nível superior têm uma determinada idade. Depois disso, estimamos, da mesma forma, o perfil etário das pessoas que já haviam concluído o ensino médio. Usando essas duas estimativas, a hipótese que aos 18 anos um jovem tem uma probabilidade de 75% de querer entrar em um curso superior (esse dado vem da tabulação do questionário aplicado pelo MEC aos jovens que realizam o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM) e a hipótese que as pessoas que compõem o potencial de demanda têm a mesma distribuição etária das pessoas que fazem parte da demanda efetiva, estimamos o número de pessoas com o ensino médio concluído que tinham o perfil etário “adequado”.

Tabela 18 - Demanda por Ensino Superior na Região Sul – 1999

	Demanda Efetiva (A)		Potencial de Demanda Adicional (B)		Demanda Potencial (A + B)	
	INEP	Estimada PNAD	INEP *	Estimada PNAD	INEP	Estimada PNAD
Sul	473.136	537.479	564.769	641.573	1.037.905	1.179.052
RS	217.060	256.928	234.869	278.008	451.929	534.936
SC	98.046	95.969	98.037	95.960	196.083	191.929
PR	158.030	182.870	231.255	267.605	389.285	450.475

Fonte: INEP e PNAD.

* O Potencial de Demanda Adicional – INEP foi obtido da seguinte forma: dividimos os dados do potencial de demanda adicional – PNAD pelos dados de demanda efetiva – PNAD. O número resultante foi multiplicado pela demanda efetiva do INEP. Com essa metodologia mantém-se constante a relação potencial de demanda adicional por demanda efetiva.

Conforme a Tabela 18, há um grande número de pessoas com potencial para fazer um curso superior mas que, por algum motivo, não conseguiu ou não teve a intenção de ingressar em uma IES. De acordo com os dados estimados a partir da PNAD, temos que, na região Sul, para cada pessoa matriculada (para cada pessoa definida como fazendo parte da demanda efetiva) há 1,19 pessoa na situação de potencial demandante adicional de um curso superior. Para o RS, SC e PR, os números são 1,08, 1,0 e 1,46, respectivamente²².

Um motivo importante para que as pessoas que fazem parte do potencial de demanda adicional não tenham se constituído, até 1999, em demanda efetiva, deve ser a insuficiência de recursos financeiros²³. Assim, um aumento dos rendimentos auferidos por esses indivíduos seria um incentivo para o crescimento do setor. Outras alternativas para a incorporação dessas pessoas ao ensino superior seriam:

- i) O aumento do financiamento e da oferta de bolsas.
- ii) A expansão mais acentuada das vagas ofertadas nas IES públicas não-pagas²⁴.

Estudada a situação existente no ano de 1999, isto é, conhecidas as magnitudes da demanda efetiva e do potencial de demanda adicional (que pode ser visto como o estoque acumulado até 1999 de pessoas com perfil para realizar um curso superior) vamos vislumbrar qual será o fluxo de pessoas que, ano a ano, de 2000 até 2009, irão concluir o ensino médio. De tal fluxo sairão novos demandantes para o ensino superior e novos integrantes ao estoque do potencial de demanda adicional.

Inicialmente, para estimarmos o número de concluintes do ensino médio até o ano 2009, trabalhamos com uma hipótese excessivamente otimista, segundo a qual, a partir de 1999, não haveria mais repetência e nem desistência ao longo do ensino fundamental e do

²² Como explicado na nota à Tabela 18, tomando esses números e multiplicando cada um deles pelo respectivo dado de demanda efetiva do INEP, pudemos calcular um potencial de demanda adicional comparável à demanda efetiva do INEP.

²³ Outros motivos podem ser a falta de vontade de fazer um curso superior ou a escassez de oferta em um determinado curso.

²⁴ A expansão das IES públicas, não-pagas, pode atender, ao invés das pessoas que estão fora do ensino superior, pessoas que estão estudando ou buscariam em uma IES paga. Nesse caso, haveria uma reorganização da divisão da demanda efetiva (dos matriculados) e não uma incorporação de novos indivíduos.

ensino médio. Assim, por exemplo, todas as pessoas matriculadas no ano de 1999 no segundo ano do ensino médio estariam cursando o terceiro ano do ensino médio em 2000. O mesmo ocorreria para todas as séries, em todos os anos, até 2009. Os números estimados ao usarmos essa metodologia, denominada Metodologia I, são apresentados na Tabela 19.

A Metodologia I deve superestimar o número de concluintes do ensino médio nos próximos anos, portanto, fizemos uma nova estimativa, usando uma outra metodologia, Metodologia II. Em tal metodologia, calculamos uma “taxa de passagem” que diz, por exemplo, qual o número de alunos vai estar matriculado no terceiro ano do ensino médio no ano de 2003, dado o número de matriculados no segundo ano do ensino médio em 2002. Assim, teremos uma “taxa de passagem” para todas as séries e para todos os anos. As “taxas de passagem” utilizadas foram aquelas calculadas de acordo com os dados de alunos matriculados para os anos de 2000 e 2001, disponibilizados pelo INEP. Um exemplo deve facilitar o entendimento: em 2000 existiam 246.540 crianças matriculadas na primeira série do ensino fundamental no RS e, em 2001, 206.693 matriculadas na segunda série. Isto é, para cada criança na primeira série em 2000, havia 0,8384 criança na segunda série no ano seguinte. A “taxa de passagem” para esse caso é, portanto, 0,8384. O mesmo procedimento foi utilizado para todos os estados e para todas as séries. Assim sendo, com base nas “taxas de passagem” e no número divulgado pelo INEP de alunos matriculados em cada série do ensino básico e fundamental, em cada estado da Região Sul, no ano de 2001, projetamos o número de concluintes do ensino médio entre 2002 e 2009.

Fica claro, pela definição de nossas metodologias que, quanto maiores forem os avanços em termos de diminuição da repetência e da desistência, bem como na incorporação de alunos que anteriormente haviam abandonado a escola, maiores os avanços em direção aos números estimados através da Metodologia I. Vale lembrar que, ao analisarmos a evolução dessas “taxas” de passagem de 1997 até 2001, não podemos observar uma melhoria em seus números, o que nos leva a considerar a Metodologia II como a mais realista, sendo, por isso, a que vai ser utilizada na continuidade desta seção.

Tabela 19 – Concluintes do Ensino Médio – Região Sul – 1999 – 2009*

Ano	Sul		RS		SC		PR	
	Dados divulgados pelo INEP							
1999	271.219		94.873		61.523		114.823	
2000	282.388		98.219		62.217		121.952	
2001	291.877		102.652		62.189		127.036	
Ano *	Metodologia I		Metodologia II		Metodologia I		Metodologia II	
	I	II	I	II	I	II	I	II
2002	449.998	298.604	173.977	109.457	88.342	68.123	187.679	121.024
2003	472.011	281.161	202.347	111.485	102.503	69.111	167.161	100.565
2004	551.839	285.460	234.158	111.909	123.294	72.109	194.387	101.441
2005	636.329	316.083	245.894	112.434	144.597	80.909	245.838	122.740
2006	566.141	311.661	219.120	111.127	125.112	77.647	221.909	122.886
2007	578.919	319.043	218.714	110.959	127.765	79.231	232.440	128.762
2008	593.871	325.822	214.919	108.393	131.449	81.129	247.503	136.300
2009	623.266	291.466	249.247	107.480	138.541	73.109	235.478	110.877

Fonte: INEP.

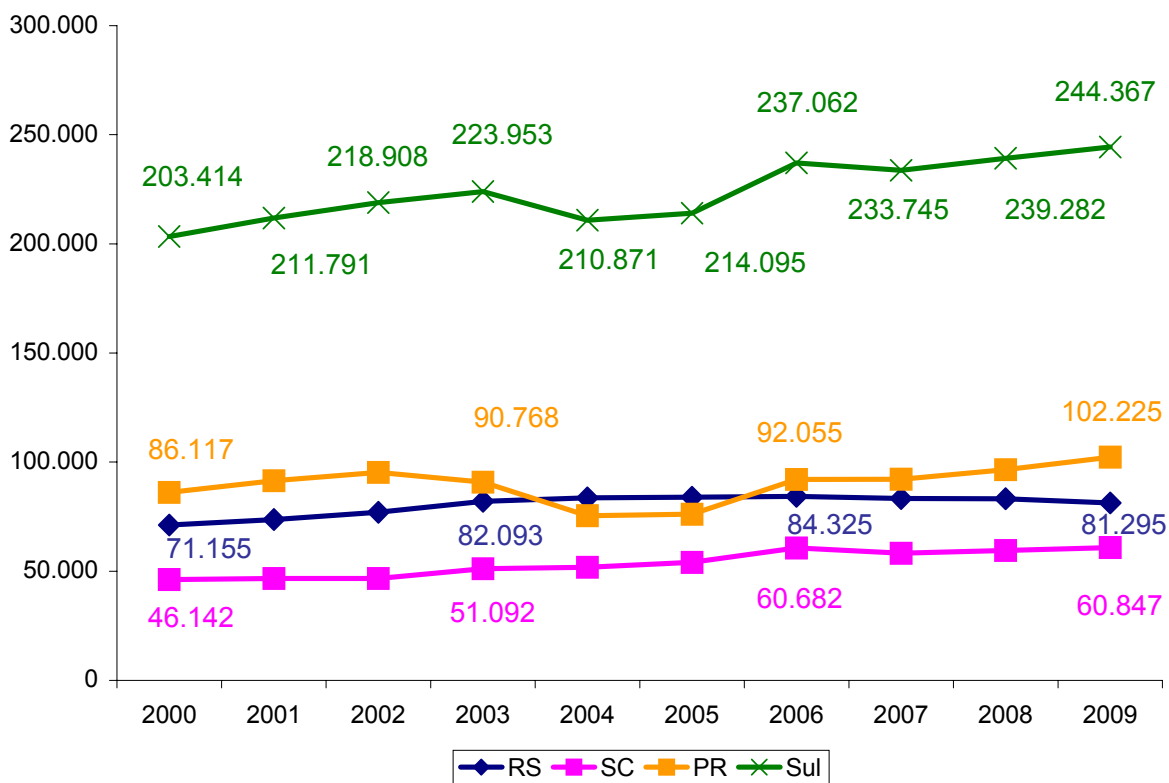
* De 2002 até 2009 o número de concluintes é dado de acordo com nossas estimativas.

Fica claro, na Tabela 19, que os números obtidos com a Metodologia I são bem maiores do que os obtidos com a Metodologia II. Com a Metodologia I, o número de concluintes do ensino médio sobe 130%. Com a Metodologia II, o número sobe apenas 7%. A diferença é grande, mas como acima exposto, acreditamos que a Metodologia II é a que mais se aproxima da realidade futura da região Sul. Ainda sob a Metodologia II temos que o número de concluintes do ensino médio no RS sobe 13%, em SC sobe 19% e no PR diminui 3%.

Embora os concluintes do ensino médio sejam futuros demandantes de cursos do ensino superior, é forçoso reconhecer que nem todos os concluintes terão o desejo de fazer um curso superior. Assim, para a estimação do número de pessoas que farão parte da demanda efetiva futura e do potencial de demanda adicionais futuros, temos que excluir os que não têm vontade de continuar seus estudos numa IES.

Baseados no Relatório do Exame Nacional do Ensino Médio de 2001, trabalhamos com o seguinte número: 25% dos alunos que concluem o ensino médio não querem fazer um curso superior. Assim, considerando conjuntamente tal número e as estimativas de concluintes do ensino médio obtidas com a Metodologia II, apresentamos, no Gráfico 1, o fluxo de pessoas que concluiu o ensino médio no ano X-1 e que vai se incorporar à demanda potencial (seja à demanda efetiva ou ao potencial de demanda adicional) no ano X.

Gráfico 1 – Fluxo de Demanda Potencial para Ingressos na Educação Superior – Região Sul – 2000 – 2009



Fonte: INEP.

O crescimento do fluxo da demanda potencial é moderado. Entre 2000 e 2009 o aumento é de 20% para a região Sul, de 14,35% para o Rio Grande do Sul, de 18,70% para o Paraná e de 31,87% para Santa Catarina. Em outros termos, a média do crescimento anual de 2000 até 2009 está em 2,06% para a região Sul como um todo, em 1,49% para o RS, em 3,12% para SC e em 1,92% para o PR. Esse crescimento moderado está de acordo com o que discutimos anteriormente, isto é, de acordo com a idéia que, nos próximos anos, o crescimento do setor de ensino superior se dará a uma menor taxa do que foi observado entre 1994 e 2000.

Vale lembrar que, para cada ano, o fluxo de demanda potencial vai somar-se ao estoque de pessoas da demanda efetiva e ao estoque de pessoas do potencial de demanda adicional do ano anterior.

Do fluxo de demanda potencial, interessa-nos saber quantos indivíduos terão condições financeiras de fazer o pagamento dos custos existentes para ingressar em um curso superior. Para tanto, vamos estimar o fluxo de demanda efetiva para o período que vai de 2000 até 2009²⁵. Essa estimativa será feita a partir dos dados da PNAD de 1999. Para tanto, adotaremos as seguintes hipóteses:

- Rendimento domiciliar per capita mínimo para uma pessoa entrar, em qualquer ano até 2009, em um curso superior é de R\$300^{26 27}.
- Cada pessoa que auferia rendimentos positivos em 1999 teve sua renda acrescida em 3% no ano de 2000, em 1,9% no ano de 2001 e em 1,4% nos anos que vão de 2002 até 2009^{28 29 30}.

²⁵ Estaremos incluindo no fluxo de demanda efetiva somente aqueles indivíduos que, no ano imediatamente posterior à conclusão de seu curso de ensino médio, tiverem renda domiciliar de acordo com nossas hipóteses. Não há a inclusão, em tal fluxo, das pessoas que formavam o estoque de potencial de demanda adicional em 1999 e nem das que se formaram em outro ano que não o anterior ao considerado.

²⁶ Idealmente deveríamos trabalhar com a renda familiar per capita, mas a PNAD não dispõe de tais dados.

²⁷ Esse valor foi escolhido com base nas informações dos preços de mensalidades nas IES da Região Sul realizados durante nossa pesquisa de campo

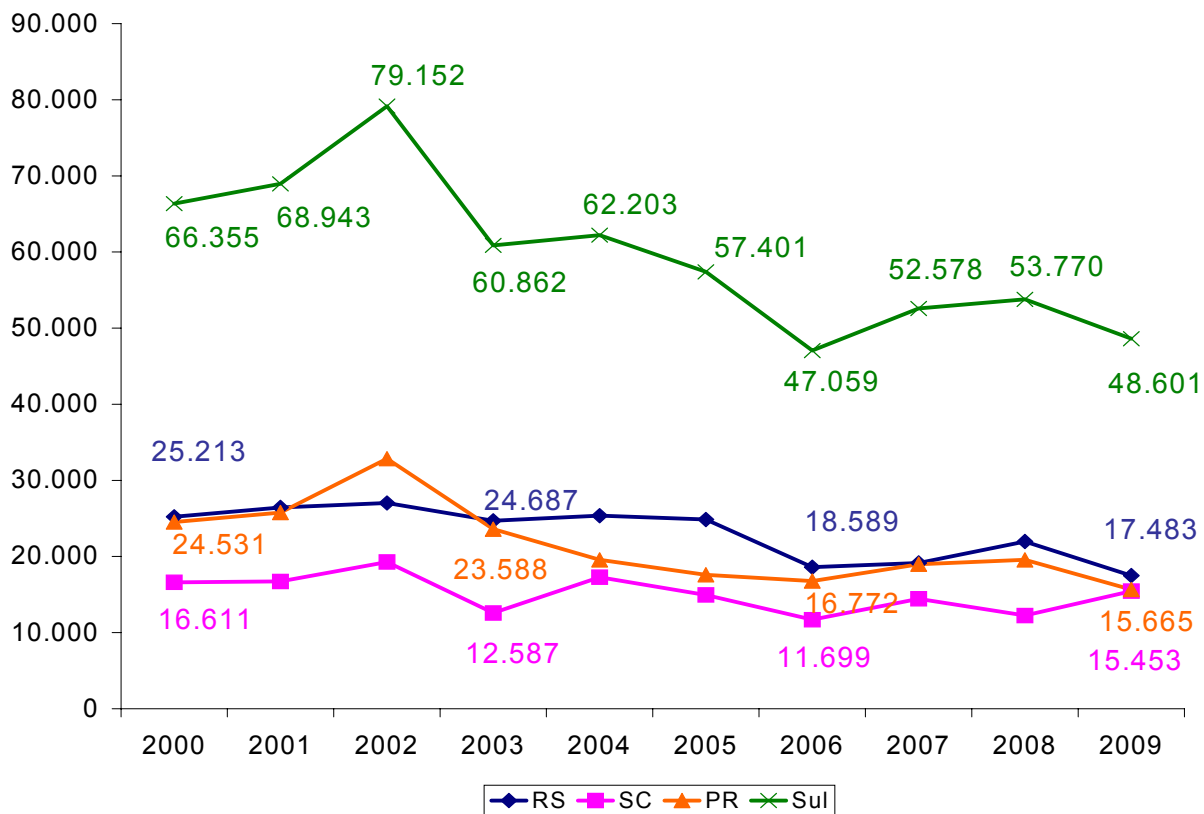
²⁸ O crescimento dos rendimentos (imputado igualmente para todos os indivíduos) em 2000 advém do crescimento da renda per capita do Brasil em 2000, ou seja, 3%. O valor de 1,9% que usamos para 2001 advém do crescimento da renda per capita do Brasil em 2001. Usamos como estimativa para crescimento dos rendimentos dos indivíduos após 2001 a média do crescimento da renda per capita do Brasil desde 1994 até 2001, isto é, 1,4%. Temos que notar que ao imputarmos um crescimento de renda igual para todos os indivíduos, estamos considerando a manutenção da desigualdade de rendimentos em um nível igual à de 1999. Quedas na desigualdade de rendimentos, mantido o crescimento da renda per capita, devem elevar o número de indivíduos com renda familiar suficiente para pagar um curso superior.

²⁹ Pode estar havendo uma subestimativa do fluxo de nova demanda efetiva para os períodos mais adiantados por conta da metodologia aqui empregada. Isto pode ocorrer pois, em 2009, por exemplo, estaremos considerando somente o rendimento das pessoas que tinham rendimento positivo em 1999. Se percebermos que um jovem que se forme no ensino médio em 2008 e que esteja recebendo um rendimento positivo em 2008, muito provavelmente não terá seus rendimentos considerados na estimativa (pois muito provavelmente tinha um rendimento nulo em 1999 dado que tinha só 11 anos de idade), então entenderemos esse problema. Podem, também, estar ocorrendo distorções por não estarmos considerando a evolução dos rendimentos das pessoas de acordo com o seu ciclo de vida.

³⁰ Uma crítica que pode ser feita aos números estimados é a seguinte: o processo de “eliminação” dos alunos ao longo dos diversos anos do ensino básico e médio, por conta da desistência e da repetência, foi feito de forma aleatória, isto é, qualquer estudante, independentemente de sua renda familiar, tinha igual probabilidade de ser excluído da amostra. Se pensarmos que, ao invés do que foi feito, a probabilidade de repetência e desistência for maior entre os com menor renda domiciliar, então o número dos concluintes com a renda familiar mínima

No Gráfico 2, apresentamos o fluxo de pessoas que concluíram o ensino médio no ano X-1, que vai se incorporar à demanda potencial no ano X e que teria condições de fazer o pagamento dos custos de um curso superior. Chamaremos esse fluxo anual de demanda efetiva para ingressos na educação superior.

Gráfico 2 – Fluxo Anual de Demanda Efetiva para Ingressos na Educação Superior* – Região Sul – 2002-2009



Fonte: PNAD e INEP.

* O fluxo anual de demanda efetiva do ano X considera somente os indivíduos que concluíram o ensino médio no ano X-1.

As estimativas expostas no Gráfico 2 mostram que o cenário, quando levamos em consideração o rendimento das pessoas, não é positivo. Isso, sem dúvida, reforça a opinião de que o crescimento do setor pode esbarrar na questão de insuficiência de recursos financeiros.

A diferença entre o número exposto no Gráfico 1 e no Gráfico 2, para cada ano, nos dá o número de pessoas que deverão ser, segundo nossas estimativas, incorporadas ao estoque de potencial de demanda adicional.

É importante perceber o seguinte ponto para uma correta análise das estimativas do fluxo de demanda efetiva apresentadas no Gráfico 2: ao longo dos anos, além do fluxo anual de demanda efetiva podem ter acesso ao ensino superior (tornando-se demanda efetiva) as pessoas

requerida para cursar o nível superior está sendo subestimada em uma magnitude que aumenta com o passar dos anos.

até então pertencentes ao estoque de potencial de demanda adicional³¹. Isto é, o acréscimo na demanda efetiva nos próximos anos certamente não estará limitada aos números expostos no Gráfico 2, mas incorporará pessoas até então pertencentes ao estoque. Além disso, podem ser incorporados os indivíduos beneficiados por bolsas e crédito educativo.

Cabe lembrar o seguinte ponto: muitas pessoas com condições financeiras de pagar um curso superior acabam ingressando em uma IES não-paga, diminuindo o potencial de acesso de pessoas sem condições financeiras em tais IES e reduzindo a magnitude da demanda efetiva para as IES pagas. Por outro lado, devemos lembrar que, em nossa estimativa do fluxo de demanda efetiva, não consideramos, por insuficiência de informações, as pessoas com renda abaixo de R\$300 que poderão ser incorporadas à demanda efetiva através da obtenção de uma vaga em uma IES não-paga.

Fizemos outras estimativas de evolução ao longo do tempo do fluxo anual de demanda efetiva, isto é, do fluxo anual de novos matriculados, além da apresentada no Gráfico 2. As novas estimativas fazem o afrouxamento da hipótese de renda domiciliar necessária para fazer um curso superior de R\$300 e da hipótese de crescimento da renda dos indivíduos em 1,4%. As hipóteses e as estimativas delas oriundas são apresentadas nas tabelas abaixo.

Tabela 20 – Variação do Fluxo Anual de Demanda Efetiva entre 2000-2009 (em %) De acordo com hipóteses diversas - Região Sul

Hipóteses	Sul	RS	SC	PR
Renda domiciliar mínima: R\$300	-27	-31	-7	-36
Crescimento da renda a partir de 2002: 1,4%				
Renda domiciliar mínima: R\$400	-20	-34	27	-30
Crescimento da renda a partir de 2002: 1,4%				
Renda domiciliar mínima: R\$500	-29	-40	5	-34
Crescimento da renda a partir de 2002: 1,4%				
Renda domiciliar mínima: R\$300	-29	-36	-8	-37
Crescimento da renda a partir de 2002: 0%				
Renda domiciliar mínima: R\$300	-25	-29	-5	-33
Crescimento da renda a partir de 2002: 5%				

Fonte: PNAD e INEP.

Mesmo com o afrouxamento das hipóteses, mantém-se o resultado de queda do fluxo anual de demanda efetiva para a Região Sul.

A análise aqui desenvolvida, em conjunto com o já exposto em seção anterior, mostra que o crescimento da demanda pode continuar nos próximos anos, mas num ritmo menor, criando menores possibilidades de crescimento acentuado da oferta, o que deve incentivar a concorrência. Essa conclusão representa também opinião de parte considerável das IES visitadas pelo BRDE durante pesquisa de campo, bem como de membros do governo e de acadêmicos contatados.

³¹ O fluxo anual de demanda efetiva, no ano 2000, para a Região Sul, de 66.355 corresponde a 38,8% do total de ingressos em IES, no ano 2000, na Região Sul (vide Tabela 3).

Temos que lembrar, porém, conforme apresentado na página 3, que uma diminuição na taxa de crescimento do número de ingressos tem um impacto defasado sobre a taxa de crescimento do número de matriculados. Como nos últimos anos o crescimento do número de ingressos foi muito elevado, o crescimento do número de matrículas vai continuar acontecendo durante um período de tempo, mesmo que a taxa de crescimento do número de ingressos diminua nos próximos anos.

A análise feita mostra que dificilmente será alcançada a meta para 2006, indicada pelo Plano Nacional de Educação, que diz que 30% da população entre 18 a 24 anos deve estar matriculada em um curso superior. Atualmente, como visto na Tabela 7, esse número é de 11,52% para o Brasil.

12 PERSPECTIVAS

Conforme as estimativas de demanda futura, as análises feitas sobre os acontecimentos nos últimos anos e a opinião dos agentes ligados ao setor de educação superior, os próximos anos devem ser marcados por uma redução na taxa de crescimento do setor.

A alternativa que existe, além do crescimento elevado de renda dos indivíduos, para que o crescimento não seja reduzido, é o aumento do número de alunos financiados e beneficiados com bolsas. Porém, isso requer que alguém o papel de financiador. Esse papel seria, naturalmente, dos governos, mas sabemos das dificuldades que o setor público atravessa e esperar que ele desempenhe esse papel parece ser um otimismo exagerado.

Uma primeira consequência direta da redução do crescimento é o aumento da concorrência entre as IES. Se por um lado isso é ruim para as IES, por outro, traz um benefício para os indivíduos, podendo inclusive gerar incentivos (como a redução das mensalidades) para o acesso de novos indivíduos.

O aumento da concorrência vai fazer com que as questões estratégicas e gerenciais ganhem mais importância.

Em termos gerenciais, será importante que a administração tenha as características a seguir:

- Capacidade de reagir às ameaças e oportunidades apresentadas pelo ambiente e ou mercado, utilizando seus pontos fortes e minimizando os efeitos dos seus pontos fracos.
- Busca contínua de mudanças que proporcionem crescimento efetivo, diversificação e inovação com originalidade.

Outras perspectivas para o setor de educação superior são:

- Crescimento reduzido do setor público: devido às dificuldades do setor público as vagas nas IES públicas não devem experimentar um forte crescimento; além disso, seu crescimento pode implicar em redução do número de matriculados nas IES do setor privado.

- Continuidade do processo de interiorização.
- Transformação de faculdades isoladas em universidades e, principalmente, em centros-universitários: há, pelo menos, dois tipos de incentivo para a transformação de faculdades isoladas em universidades e centros universitários; o primeiro é dado pelo fato de a evasão ser menor nas universidades e centros universitários (a troca de cursos dentro da mesma IES fica facilitada) e o segundo é o fato de as universidades e centros universitários terem autonomia para a abertura de novos cursos, o que lhes dá uma maior flexibilidade para a adaptação à demanda. Os incentivos para a transformação em centros-universitários são maiores pois, além de estes terem autonomia para criação de novos cursos, não têm a obrigatoriedade de produzir pesquisa e nem de contratação de professores em tempo integral, o que lhes dá uma vantagem em termos de custos. Há, nesse sentido, inclusive, uma possibilidade de termos algumas universidades transformadas em centros-universitários.
- Concentração: aglutinação de IES, através de compra do controle social e da formação de redes de parceiros independentes, com o objetivo de minimizar custos (de divulgação de marca, de treinamento, de desenvolvimento da grade curricular e material didático).
- Entrada de instituições nacionais e internacionais: como o setor privado na Região Sul tem melhor desempenho do que a média nacional, é provável que as IES da Região Sudeste (as quais têm pior desempenho do que a média nacional) sejam atraídas; além disso, com o processo de globalização, o setor pode começar a perceber a chegada de instituições estrangeiras, ainda que associadas com as nacionais.
- Expansão dos cursos seqüenciais: o governo vem estimulando a criação desses cursos; além disso, sua menor duração (e conseqüentemente seu menor custo total) e o fato de serem mais focados lhe conferem uma vantagem em relação aos cursos de graduação tradicionais.
- Expansão dos cursos de pós-graduação: além da mudança cultural que ocorreu nos últimos anos, que traz a idéia de que o processo de educação não deve acabar com o término de um curso de graduação, há um fato objetivo: o número de pessoas com um curso superior completo aumentou bastante na década de 90.
- Expansão dos cursos não-tradicionais: abertura de novos cursos, mais focados às necessidades do mercado de trabalho atual e que preencham as lacunas deixadas pelos cursos tradicionais face à estrutura econômica atual.
- Expansão dos cursos à distância: cada vez mais serão utilizados os meios eletrônicos disponíveis, o que resultará em acréscimo no número de matérias ou cursos completos não presenciais.
- Expansão da utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como processo de seleção de novos alunos.
- Maior acompanhamento por parte da sociedade da situação legal das IES: governo tem criado instrumentos para que a sociedade esteja alerta para cursos não credenciados ou não reconhecidos.
- Maior preocupação com a qualidade.
- Consolidação do Provão como instrumento de controle da qualidade dos cursos e IES.
- Administração profissional: o aumento da concorrência entre as IES, a escolha e a implementação das estratégias de atuação devem criar incentivos para a profissionalização da administração.

13 COMENTÁRIOS FINAIS

Após o setor de educação superior ter experimentado um crescimento vigoroso na segunda metade da década de 1990, conduzido principalmente pelas IES privadas, as perspectivas são de que, nos próximos anos, o setor experimente uma redução em sua taxa de crescimento. Essa conclusão apoia-se em estimativas da demanda futura, na análise da situação atual e na opinião de parte considerável das IES visitadas pelo BRDE, de membros de diversas esferas de governo e de pesquisadores do setor. Assim sendo, as perspectivas para os próximos anos apontam para um cenário de maior concorrência entre as IES, o que é algo novo no setor de educação superior.

Com o aumento da concorrência, o simples controle dos custos não garante o sucesso de uma IES, o qual passa a ser determinado também pela qualidade e pela diferenciação de seus cursos, pelo desempenho dos egressos no Provão, pela sua inserção e integração à comunidade, do desempenho dos egressos no mercado de trabalho para seus egressos na época de conclusão do curso e pelo seu plano de marketing.

O cenário previsto de diminuição da taxa de crescimento pode ser evitado ou ter seus efeitos reduzidos se houver, nos próximos anos, um aumento do número de alunos beneficiados com bolsas ou financiamentos (fruto de pressão por parte da sociedade sobre os diferentes níveis de governo) e / ou uma elevação da renda dos indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia.** Washington, D.C. Espanha., apud Evangelista, Olinda et al. Ode à Diversidade: Do Tour d'Argent ao bandeirão. 1994.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Valores investidos e financiados – PMQES.** Rio de Janeiro, 02 de maio de 2002. [Inédito]

BERISTAIN ITURBIDE, Javier. **Tres opciones de política de atención de la demanda de educación superior.** In: *Universidades* : (mexico). Mexico : s.e., 1990.

BRDE. **Pesquisa de Campo no Setor de Educação Superior.** [Inédito.]

BRDE - GEPLA/SC. **Perfil das Universidades Catarinenses.** Florianópolis : BRDE, 2001.

CAVALCANTE, Joseneide. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações.** Brasília – DF : MEC / INEP, 2000.

SANTA CATARINA. Constituição (1989). **A Nova Constituição de Santa Catarina.** Florianópolis : Lunardelli, 1989.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná.** Curitiba : Assembléia Constituinte do Estado do Paraná, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre : Livraria do Advogado, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo : Saraiva, 1988.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Avanços, Limites e Desafios das Políticas do MEC para a Educação Superior na Década de 1990: Ensino de Graduação. **Texto Para Discussão do IPEA**, Brasília – DF, n. 869, 2002.

GAZETA MERCANTIL. **Ensino Superior.** São Paulo : Gazeta Mercantil, 2000. Série Análise Setorial.

GAZETA MERCANTIL. **Perfis de Universidades.** São Paulo : Gazeta Mercantil, 2000. Série Análise Setorial.

HAWERROTH, Jolmar Luis. **A Expansão do Ensino Superior nas Universidades do Sistema Fundacional Catarinense.** Florianópolis : Insular, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000.** Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas.

Departamento de Contas Nacionais. **Contas Regionais do Brasil 1996-1999**. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Combates e argumentos, crescimento e potencial do ensino superior. Teias de relações ambíguas : regulação e ensino superior**. Brasília – DF : INEP, 2002.

_____. **Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980-1998**. Disponível na Internet: <www.inep.gov.br>. Acesso em 12 nov. 2002.

_____. **Resultados e Tendências da Educação Superior. Brasil e Sul. 2000**. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em 12 nov. 2002.

_____. **Sinopse estatística do ensino superior – 2000, 1999, 1998, 1997, 1996 e 1995**. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em 12 nov. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatórios de Gestão FIES, 2000 e 2001**. Brasília – DF : MEC, 2001.

MORA RUIZ, Jose-Gines. La demanda de educación superior en la comunidad valenciana. **Revista de Educación**. Madrid, n. 296, sept./dic. 1991, p. 263-284.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000a.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. Trajetória e tendências recentes do setor privado de ensino superior no Brasil. **Avaliação: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, v. 5, n. 2, jun./2000, p. 13-19. [encarte CIPEDES]

SHIROMA, E. O. ; Moraes, M. C.; Evangelista, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro : DP&A, 2002.

SILVA , Antonio Waldimir Leopoldino da. **Estudos PROEN – UDESC**. Florianópolis : UDESC, 2001.

ANEXO A - SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO

LEIS:

Lei 9.131/95

- Atribuições MEC/CNE.

Obs.: Alterações: MP-2.216-37, de 31/08/01.

Lei 9.394, de 20/12/1996

- Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Obs.: Alterações: Lei 10.287/01 e Lei 10.328/01.

Lei 9.870, de 23/11/1999

- Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.

Obs.: MP-2173-24, de 23/08/2001, altera dispositivos dessa Lei.

Lei 10.172, de 09/01/2001

- Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.
- Vigência a partir de 10/01/2001- as IES estarão em conformidade com Planos Decenais elaborados pelos estados, DF e municípios, segundo o Plano Nacional de Educação elaborado pela União.
- Avaliação periódica da implantação do PNE, pela União, Estados, DF e Municípios, e sociedade civil.
- União instituirá Sistema Nacional de Avaliação – SNA para acompanhar as metas do PNE.

Lei 10.197, de 14/02/2001

- Financiamento a projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas IES públicas.

Lei 10.207, de 23/03/2001

- Dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo.
- Covalida atos praticados com base na MP-2099-34, de 25/01/01.

Obs.: Lei 10.260, de 12/07/2001, revoga § Único do Art. 9º dessa Lei.

Lei 10.260, de 12/07/2001

- Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES.
- Revoga § Único do Art. 9º da Lei 10.207, de 23/03/01.

Obs.: Decreto 4.035, de 28/11/01, regulamenta o Art. 19 dessa Lei.

DECRETOS:

Decreto 3.276, de 06/12/99

- Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica (cria Institutos Superiores de Educação).

Decreto 3.860, de 09/07/2001

- Dispõe sobre Organização do Ensino Superior, Avaliação de Cursos e IES.

- Revoga Decreto 2026/96 e Decreto 2306/97.

Obs.: Decreto 3.864, de 11/07/2001, acresce dispositivo: “Art. 42. Este decreto entra em vigor em 12 de julho de 2001”. Decreto 3.908, 04/09/2001, dá nova redação ao § 3º do Art. 10: “§ 3º Os campi fora de sede já criados e em funcionamento na data de publicação deste Decreto preservarão suas atuais prerrogativas de autonomia, sendo submetidos a processo de credenciamento em conjunto com a sede da universidade.”.

PORTARIAS MEC

Portaria 637/97

- Dispõe sobre o credenciamento de universidades.

Portaria 639/97 e 2.041/97

- Dispõem sobre o credenciamento e/ou credenciamento de Centros Universitários.

Portaria 640/97

- Dispõe sobre o credenciamento de Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores.

Portaria 641/97

- Dispõe sobre a autorização de novos cursos em Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores em funcionamento.

Portaria 971/97

- Dispõe sobre a obrigatoriedade de catálogos das IES e de resposta ao Censo do Ensino Superior.

Portaria 2.175/97

- Dispõe sobre a autorização de cursos fora da sede em universidades e centros universitários com conceitos A e B.

Portaria 302/98

- Normatiza o procedimento de avaliação do desempenho individual das IES.

Portaria 612/99, de 12/04/99

- Dispõe sobre a autorização e o reconhecimento de cursos seqüenciais de nível superior.

Portaria 64, de 12/01/01

- Dispõe sobre o reconhecimento de cursos/habilitações de nível tecnológico da educação profissional (cursos superiores de tecnologia) e sua renovação, no sistema federal de ensino.

Portaria 514, de 22/03/01

- Dispõe sobre a oferta e acesso a cursos seqüenciais de ensino superior.
- Revoga a Portaria 482, de 07/04/00.

Portaria 1.465, de 12/07/01

- Dispõe sobre o credenciamento de IES.

Portaria 1.466, de 12/07/01

- Estabelece procedimentos de autorização de cursos fora de sede por universidades.

Portaria 1.725, de 03/08/01

- Dispõe sobre as condições de habilitação de estudantes ao FIES.

Portaria 1.726, de 03/08/01

- Dispõe sobre as condições de habilitação de instituições de ensino superior não-gratuitas ao FIES.

Portaria 2.253, de 18/10/01

- Autoriza as IES do sistema federal de ensino a introduzir na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas não-presenciais.

Portaria 2.402, de 09/11/01

- Estabelece novas condições para o aumento de vagas, sem autorização prévia, em cursos ou habilitações.

Portaria 2.517, 22/11/01

- Cria o Censo da Educação Superior, no Sistema Federal de Ensino.
- Revoga art. 3º da Portaria 971.

Portaria 2.941, de 17/12/01

- Estabelece normas em relação aos processos seletivos para ingresso nas instituições públicas e privadas pertencentes ao sistema federal de ensino superior.

Portaria 990, de 02/04/02

- Estabelece as diretrizes para a organização e execução da avaliação das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação.

Portaria 1.885, de 27/06/02

- Institui, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, o Cadastro das Instituições de Educação Superior, sistema informatizado que permite à população acessar as informações relativas às Instituições de Educação Superior vinculadas ao Sistema Federal de Ensino ou ao Sistema Estadual de Ensino.

ANEXO B - MUNICÍPIOS POR MICRORREGIÃO / COREDE

Tabela B1 – Municípios do Rio Grande do Sul por Conselho Regional de Desenvolvimento

COREDE	MUNICÍPIO	COREDE	MUNICÍPIO
ALTO JACUI	ALTO ALEGRE	CENTRAL	SAO PEDRO DO SUL
ALTO JACUI	CAMPOS BORGES	CENTRAL	SAO SEPE
ALTO JACUI	COLORADO	CENTRAL	SAO VICENTE DO SUL
ALTO JACUI	CRUZ ALTA	CENTRAL	SILVEIRA MARTINS
ALTO JACUI	ESPUMOSO	CENTRAL	TOROPI
ALTO JACUI	FORTALEZA DOS VALOS	CENTRAL	TUPANCIRETA
ALTO JACUI	IBIRAPUITA	CENTRAL	UNISTALDA
ALTO JACUI	IBIRUBA	CENTRAL	VILA NOVA DO SUL
ALTO JACUI	LAGOA DOS TRES CANTOS	CENTRO-SUL	ARAMBARE
ALTO JACUI	MORMACO	CENTRO-SUL	ARROIO DOS RATOS
ALTO JACUI	NAO-ME-TOQUE	CENTRO-SUL	BARAO DO TRIUNFO
ALTO JACUI	QUINZE DE NOVEMBRO	CENTRO-SUL	BARRA DO RIBEIRO
ALTO JACUI	SALDANHA MARINHO	CENTRO-SUL	BUTIA
ALTO JACUI	SALTO DO JACUI	CENTRO-SUL	CAMAQUA
ALTO JACUI	SANTA BARBARA DO SUL	CENTRO-SUL	CERRO GRANDE DO SUL
ALTO JACUI	SELBACH	CENTRO-SUL	CHARQUEADAS
ALTO JACUI	TAPERA	CENTRO-SUL	CHUVISCA
ALTO JACUI	VICTOR GRAEFF	CENTRO-SUL	DOM FELICIANO
CAMPANHA	BAGE	CENTRO-SUL	MARIANA PIMENTEL
CAMPANHA	CACAPAVA DO SUL	CENTRO-SUL	MINAS DO LEAO
CAMPANHA	CANDIOTA	CENTRO-SUL	SAO JERONIMO
CAMPANHA	DOM PEDRITO	CENTRO-SUL	SENTINELA DO SUL
CAMPANHA	HULHA NEGRA	CENTRO-SUL	SERTAO SANTANA
CAMPANHA	LAVRAS DO SUL	CENTRO-SUL	TAPES
CENTRAL	AGUDO	FRONTEIRA NOROESTE	ALECRIM
CENTRAL	CACEQUI	FRONTEIRA NOROESTE	ALEGRIA
CENTRAL	CACHOEIRA DO SUL	FRONTEIRA NOROESTE	BOA VISTA DO BURICA
CENTRAL	CERRO BRANCO	FRONTEIRA NOROESTE	CAMPINA DAS MISSOES
CENTRAL	DILERMANDO AGUIAR	FRONTEIRA NOROESTE	CANDIDO GODOI
CENTRAL	DONA FRANCISCA	FRONTEIRA NOROESTE	DR MAURICIO CARDOSO
CENTRAL	FAXINAL DO SOTURNO	FRONTEIRA NOROESTE	HORIZONTINA
CENTRAL	FORMIGUEIRO	FRONTEIRA NOROESTE	INDEPENDENCIA
CENTRAL	ITAARA	FRONTEIRA NOROESTE	NOVA CANDELARIA
CENTRAL	IVORA	FRONTEIRA NOROESTE	NOVO MACHADO
CENTRAL	JAGUARI	FRONTEIRA NOROESTE	PORTO LUCENA
CENTRAL	JARI	FRONTEIRA NOROESTE	PORTO MAUA
CENTRAL	JULIO DE CASTILHOS	FRONTEIRA NOROESTE	PORTO VERA CRUZ
CENTRAL	MATA	FRONTEIRA NOROESTE	SANTA ROSA
CENTRAL	NOVA ESPERANCA SUL	FRONTEIRA NOROESTE	SANTO CRISTO
CENTRAL	NOVA PALMA	FRONTEIRA NOROESTE	SAO JOSE DO INHACORA
CENTRAL	NOVO CABRAIS	FRONTEIRA NOROESTE	SEM. SALGADO FILHO
CENTRAL	PARAISO DO SUL	FRONTEIRA NOROESTE	TRES DE MAIO
CENTRAL	PINHAL GRANDE	FRONTEIRA NOROESTE	TUCUNDUVA
CENTRAL	QUEVEDOS	FRONTEIRA NOROESTE	TUPARENDI
CENTRAL	RESTINGA SECA	FRONTEIRA OESTE	ALEGRETE
CENTRAL	SANTA MARIA	FRONTEIRA OESTE	BARRA DO QUARAI
CENTRAL	SANTIAGO	FRONTEIRA OESTE	ITAQUI
CENTRAL	SAO FRANCISCO DE ASSIS	FRONTEIRA OESTE	MACAMBARA
CENTRAL	SAO JOAO DO POLESINE	FRONTEIRA OESTE	MANOEL VIANA
CENTRAL	SAO MARTINHO DA SERRA	FRONTEIRA OESTE	QUARAI

FRONTEIRA OESTE	ROSARIO DO SUL	MEDIO ALTO URUGUAI	RIO DOS INDIOS
FRONTEIRA OESTE	SANTANA LIVRAMENTO	MEDIO ALTO URUGUAI	RODEIO BONITO
FRONTEIRA OESTE	SAO BORJA	MEDIO ALTO URUGUAI	SAGRADA FAMILIA
FRONTEIRA OESTE	SAO GABRIEL	MEDIO ALTO URUGUAI	SEBERI
FRONTEIRA OESTE	URUGUAIANA	MEDIO ALTO URUGUAI	TAQUARUCU DO SUL
HORTENSIAS	BOM JESUS	MEDIO ALTO URUGUAI	TRES PALMEIRAS
HORTENSIAS	CAMBARA DO SUL	MEDIO ALTO URUGUAI	TRINDADE DO SUL
HORTENSIAS	CANELA	MEDIO ALTO URUGUAI	VICENTE DUTRA
HORTENSIAS	GRAMADO	MEDIO ALTO URUGUAI	VISTA ALEGRE
HORTENSIAS	JAQUIRANA	METR. DELTA DO JACUI	ALVORADA
HORTENSIAS	NOVA PETROPOLIS	METR. DELTA DO JACUI	CACHOEIRINHA
HORTENSIAS	SAO FRANCISCO PAULA	METR. DELTA DO JACUI	ELDORADO DO SUL
HORTENSIAS	SAO JOSE DOS AUSENTES	METR. DELTA DO JACUI	GLORINHA
LITORAL	ARROIO DO SAL	METR. DELTA DO JACUI	GRAVATAI
LITORAL	BALNEARIO PINHAL	METR. DELTA DO JACUI	GUAIBA
LITORAL	CAPAO DA CANOA	METR. DELTA DO JACUI	PORTO ALEGRE
LITORAL	CAPIVARI DO SUL	METR. DELTA DO JACUI	TRIUNFO
LITORAL	CARAA	METR. DELTA DO JACUI	VIAMAO
LITORAL	CIDREIRA	MISSOES	BOSSOROCA
LITORAL	DOM PEDRO DE ALCANTARA	MISSOES	CAIBATE
LITORAL	IMBE	MISSOES	CERRO LARGO
LITORAL	MAMPITUBA	MISSOES	DEZESSEIS DE NOVEMBRO
LITORAL	MAQUINE	MISSOES	ENTRE-IJUIS
LITORAL	MORRINHOS DO SUL	MISSOES	EUGENIO DE CASTRO
LITORAL	MOSTARDAS	MISSOES	GARRUCHOS
LITORAL	OSORIO	MISSOES	GIRUA
LITORAL	PALMARES DO SUL	MISSOES	GUARANI DAS MISSOES
LITORAL	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	MISSOES	ITACURUBI
LITORAL	TERRA DE AREIA	MISSOES	PIRAPO
LITORAL	TORRES	MISSOES	PORTO XAVIER
LITORAL	TRAMANDAI	MISSOES	ROQUE GONZALES
LITORAL	TRES CACHOEIRAS	MISSOES	SALVADOR DAS MISSOES
LITORAL	TRES FORQUILHAS	MISSOES	SANTO ANGELO
LITORAL	XANGRI-LA	MISSOES	SANTO ANTONIO DAS MISSOES
MEDIO ALTO URUGUAI	ALPESTRE	MISSOES	SAO LUIZ GONZAGA
MEDIO ALTO URUGUAI	AMETISTA DO SUL	MISSOES	SAO MIGUEL DAS MISSOES
MEDIO ALTO URUGUAI	BOA VISTA DAS MISSOES	MISSOES	SAO NICOLAU
MEDIO ALTO URUGUAI	CAICARA	MISSOES	SAO PAULO DAS MISSOES
MEDIO ALTO URUGUAI	CERRO GRANDE	MISSOES	SAO PEDRO DO BUTIA
MEDIO ALTO URUGUAI	CRISTAL DO SUL	MISSOES	SETE DE SETEMBRO
MEDIO ALTO URUGUAI	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	MISSOES	UBIRETAMA
MEDIO ALTO URUGUAI	ENGENHO VELHO	MISSOES	VITORIA DAS MISSOES
MEDIO ALTO URUGUAI	ERVAL SECO	NORDESTE	ANDRE DA ROCHA
MEDIO ALTO URUGUAI	FREDERICO WESTPHALEN	NORDESTE	BARRACAO
MEDIO ALTO URUGUAI	GRAMADO DOS LOUREIROS	NORDESTE	CACIQUE DOBLE
MEDIO ALTO URUGUAI	IRAI	NORDESTE	CASEIROS
MEDIO ALTO URUGUAI	JABOTICABA	NORDESTE	CHARRUA
MEDIO ALTO URUGUAI	LAJEADO DO BUGRE	NORDESTE	ESMERALDA
MEDIO ALTO URUGUAI	LIBERATO SALZANO	NORDESTE	IBIACA
MEDIO ALTO URUGUAI	NONOAI	NORDESTE	IBIRAIARAS
MEDIO ALTO URUGUAI	NOVO TIRADENTES	NORDESTE	LAGOA VERMELHA
MEDIO ALTO URUGUAI	PALMITINHO	NORDESTE	MACHADINHO
MEDIO ALTO URUGUAI	PINHAL	NORDESTE	MAXIMILIANO DE ALMEIDA
MEDIO ALTO URUGUAI	PINHEIRINHO DO VALE	NORDESTE	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS
MEDIO ALTO URUGUAI	PLANALTO	NORDESTE	MUITOS CAPOES

NORDESTE	PAIM FILHO	NORTE	IPIRANGA DO SUL
NORDESTE	SANANDUVA	NORTE	ITATIBA DO SUL
NORDESTE	SANTO EXPEDITO DO SUL	NORTE	JACUTINGA
NORDESTE	SAO JOAO DA URTIGA	NORTE	MARCELINO RAMOS
NORDESTE	SAO JOSE DO OURO	NORTE	MARIANO MORO
NORDESTE	TUPANCI DO SUL	NORTE	PONTE PRETA
NORDESTE	VACARIA	NORTE	SAO VALENTIM
NOROESTE COLONIAL	AJURICABA	NORTE	SEVERIANO DE ALMEIDA
NOROESTE COLONIAL	AUGUSTO PESTANA	NORTE	TRES ARROIOS
NOROESTE COLONIAL	BARRA DO GUARITA	NORTE	VIADUTOS
NOROESTE COLONIAL	BOM PROGRESSO	PARANHANA-ENC SERRA	IGREJINHA
NOROESTE COLONIAL	BRAGA	PARANHANA-ENC SERRA	LINDOLFO COLLOR
NOROESTE COLONIAL	CAMPO NOVO	PARANHANA-ENC SERRA	MORRO REUTER
NOROESTE COLONIAL	CATUIPE	PARANHANA-ENC SERRA	PAROBE
NOROESTE COLONIAL	CHIAPETA	PARANHANA-ENC SERRA	PICADA CAFE
NOROESTE COLONIAL	CONDOR	PARANHANA-ENC SERRA	PRESIDENTE LUCENA
NOROESTE COLONIAL	CORONEL BARROS	PARANHANA-ENC SERRA	RIOZINHO
NOROESTE COLONIAL	CORONEL BICACO	PARANHANA-ENC SERRA	ROLANTE
NOROESTE COLONIAL	CRISSIUMAL	PARANHANA-ENC SERRA	SANTA MARIA DO HERVAL
NOROESTE COLONIAL	DERRUBADAS	PARANHANA-ENC SERRA	TAQUARA
NOROESTE COLONIAL	ESPERANCA DO SUL	PARANHANA-ENC SERRA	TRES COROAS
NOROESTE COLONIAL	HUMAITA	PRODUCAO	AGUA SANTA
NOROESTE COLONIAL	IJUI	PRODUCAO	BARRA FUNDA
NOROESTE COLONIAL	INHACORA	PRODUCAO	CAMARGO
NOROESTE COLONIAL	JOIA	PRODUCAO	CARAZINHO
NOROESTE COLONIAL	MIRAGUAI	PRODUCAO	CASCA
NOROESTE COLONIAL	NOVA RAMADA	PRODUCAO	CHAPADA
NOROESTE COLONIAL	PANAMBI	PRODUCAO	CIRIACO
NOROESTE COLONIAL	PEJUCARA	PRODUCAO	CONSTANTINA
NOROESTE COLONIAL	REDENTORA	PRODUCAO	COQUEIROS DO SUL
NOROESTE COLONIAL	SANTO AUGUSTO	PRODUCAO	COXILHA
NOROESTE COLONIAL	SAO MARTINHO	PRODUCAO	DAVID CANABARRO
NOROESTE COLONIAL	SAO VALERIO DO SUL	PRODUCAO	ERNESTINA
NOROESTE COLONIAL	SEDE NOVA	PRODUCAO	GENTIL
NOROESTE COLONIAL	TENENTE PORTELA	PRODUCAO	MARAU
NOROESTE COLONIAL	TIRADENTES DO SUL	PRODUCAO	MATO CASTELHANO
NOROESTE COLONIAL	TRES PASSOS	PRODUCAO	MULITERNO
NOROESTE COLONIAL	VISTA GAUCHA	PRODUCAO	NICOLAU VERGUEIRO
NORTE	ARATIBA	PRODUCAO	NOVA ALVORADA
NORTE	AUREA	PRODUCAO	NOVA BOA VISTA
NORTE	BARAO DE COTEGIPE	PRODUCAO	NOVO BARREIRO
NORTE	BARRA DO RIO AZUL	PRODUCAO	PALMEIRA DAS MISSOES
NORTE	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	PRODUCAO	PASSO FUNDO
NORTE	CAMPINAS DO SUL	PRODUCAO	PONTAO
NORTE	CARLOS GOMES	PRODUCAO	RONDA ALTA
NORTE	CENTENARIO	PRODUCAO	RONDINHA
NORTE	ENTRE RIOS DO SUL	PRODUCAO	SANTO ANTONIO DO PALMA
NORTE	EREBANGO	PRODUCAO	SANTO ANTONIO DO PLANALTO
NORTE	ERECHIM	PRODUCAO	SAO DOMINGOS DO SUL
NORTE	ERVAL GRANDE	PRODUCAO	SAO JOSE DAS MISSOES
NORTE	ESTACAO	PRODUCAO	SARANDI
NORTE	FAXINALZINHO	PRODUCAO	SERTAO
NORTE	FLORIANO PEIXOTO	PRODUCAO	SOLEDADE
NORTE	GAURAMA	PRODUCAO	TAPEJARA
NORTE	GETULIO VARGAS	PRODUCAO	VANINI

PRODUCAO	VILA LANGARO	VALE DO CAI	ALTO FELIZ
PRODUCAO	VILA MARIA	VALE DO CAI	BARAO
SERRA	ANTONIO PRADO	VALE DO CAI	BOM PRINCIPIO
SERRA	BENTO GONCALVES	VALE DO CAI	BROCHIER
SERRA	BOA VISTA DO SUL	VALE DO CAI	CAPELA DE SANTANA
SERRA	CAMPESTRE DA SERRA	VALE DO CAI	FELIZ
SERRA	CARLOS BARBOSA	VALE DO CAI	HARMONIA
SERRA	CAXIAS DO SUL	VALE DO CAI	LINHA NOVA
SERRA	COTIPORA	VALE DO CAI	MARATA
SERRA	FAGUNDES VARELA	VALE DO CAI	MONTENEGRO
SERRA	FARROUPILHA	VALE DO CAI	PARECI NOVO
SERRA	FLORES DA CUNHA	VALE DO CAI	SALVADOR DO SUL
SERRA	GARIBALDI	VALE DO CAI	SAO JOSE DO HORTENCIO
SERRA	GUABIJU	VALE DO CAI	SAO PEDRO DA SERRA
SERRA	GUAPORE	VALE DO CAI	SAO SEBASTIAO DO CAI
SERRA	IPE	VALE DO CAI	SAO VENDELINO
SERRA	MONTAURI	VALE DO CAI	TUPANDI
SERRA	MONTE BELO DO SUL	VALE DO CAI	VALE REAL
SERRA	NOVA ARACA	VALE DO RIO DOS SINOS	ARARICA
SERRA	NOVA BASSANO	VALE DO RIO DOS SINOS	CAMPO BOM
SERRA	NOVA PADUA	VALE DO RIO DOS SINOS	CANOAS
SERRA	NOVA PRATA	VALE DO RIO DOS SINOS	DOIS IRMAOS
SERRA	NOVA ROMA DO SUL	VALE DO RIO DOS SINOS	ESTANCIA VELHA
SERRA	PARAI	VALE DO RIO DOS SINOS	ESTEIO
SERRA	PROTASIO ALVES	VALE DO RIO DOS SINOS	IVOTI
SERRA	SANTA TEREZA	VALE DO RIO DOS SINOS	NOVA HARTZ
SERRA	SAO JORGE	VALE DO RIO DOS SINOS	NOVA SANTA RITA
SERRA	SAO MARCOS	VALE DO RIO DOS SINOS	NOVO HAMBURGO
SERRA	SAO VALENTIM DO SUL	VALE DO RIO DOS SINOS	PORTAO
SERRA	SERAFINA CORREA	VALE DO RIO DOS SINOS	SAO LEOPOLDO
SERRA	UNIAO DA SERRA	VALE DO RIO DOS SINOS	SAPIRANGA
SERRA	VERANOPOLIS	VALE DO RIO DOS SINOS	SAPUCAIA DO SUL
SERRA	VILA FLORES	VALE DO RIO PARDO	ARROIO DO TIGRE
SERRA	VISTA ALEGRE DO PRATA	VALE DO RIO PARDO	BARROS CASSAL
SUL	AMARAL FERRADOR	VALE DO RIO PARDO	BOQUEIRAO DO LEAO
SUL	ARROIO GRANDE	VALE DO RIO PARDO	CANDELARIA
SUL	CANGUCU	VALE DO RIO PARDO	ENCRUZILHADA DO SUL
SUL	CAPAO DO LEAO	VALE DO RIO PARDO	ESTRELA VELHA
SUL	CERRITO	VALE DO RIO PARDO	GENERAL CAMARA
SUL	CHUI	VALE DO RIO PARDO	GRAMADO XAVIER
SUL	CRISTAL	VALE DO RIO PARDO	HERVEIRAS
SUL	HERVAL	VALE DO RIO PARDO	IBARAMA
SUL	JAGUARAO	VALE DO RIO PARDO	LAGOAO
SUL	MORRO REDONDO	VALE DO RIO PARDO	PANTANO GRANDE
SUL	PEDRO OSORIO	VALE DO RIO PARDO	PASSA SETE
SUL	PELOTAS	VALE DO RIO PARDO	PASSO DO SOBRADO
SUL	PINHEIRO MACHADO	VALE DO RIO PARDO	RIO PARDO
SUL	PIRATINI	VALE DO RIO PARDO	SANTA CRUZ DO SUL
SUL	RIO GRANDE	VALE DO RIO PARDO	SEGREDO
SUL	SANTA VITORIA DO PALMAR	VALE DO RIO PARDO	SINIMBU
SUL	SANTANA DA BOA VISTA	VALE DO RIO PARDO	SOBRADINHO
SUL	SAO JOSE DO NORTE	VALE DO RIO PARDO	TUNAS
SUL	SAO LOURENCO DO SUL	VALE DO RIO PARDO	VALE DO SOL
SUL	TAVARES	VALE DO RIO PARDO	VALE VERDE
SUL	TURUCU	VALE DO RIO PARDO	VENANCIO AIRES

VALE DO RIO PARDO	VERA CRUZ	VALE DO TAQUARI	MATO LEITAO
VALE DO TAQUARI	ANTA GORDA	VALE DO TAQUARI	MUCUM
VALE DO TAQUARI	ARROIO DO MEIO	VALE DO TAQUARI	NOVA BRESCIA
VALE DO TAQUARI	ARVOREZINHA	VALE DO TAQUARI	PAVERAMA
VALE DO TAQUARI	BOM RETIRO DO SUL	VALE DO TAQUARI	POCO DAS ANTAS
VALE DO TAQUARI	CAPITAO	VALE DO TAQUARI	POUSO NOVO
VALE DO TAQUARI	COLINAS	VALE DO TAQUARI	PROGRESSO
VALE DO TAQUARI	CRUZEIRO DO SUL	VALE DO TAQUARI	PUTINGA
VALE DO TAQUARI	DOIS LAJEADOS	VALE DO TAQUARI	RELVADO
VALE DO TAQUARI	DOUTOR RICARDO	VALE DO TAQUARI	ROCA SALES
VALE DO TAQUARI	ENCANTADO	VALE DO TAQUARI	SANTA CLARA DO SUL
VALE DO TAQUARI	ESTRELA	VALE DO TAQUARI	SAO JOSE DO HERVAL
VALE DO TAQUARI	FAZENDA VILANOVA	VALE DO TAQUARI	SERIO
VALE DO TAQUARI	FONTOURA XAVIER	VALE DO TAQUARI	TABAI
VALE DO TAQUARI	ILOPOLIS	VALE DO TAQUARI	TAQUARI
VALE DO TAQUARI	IMIGRANTE	VALE DO TAQUARI	TEUTONIA
VALE DO TAQUARI	ITAPUCA	VALE DO TAQUARI	TRAVESSEIRO
VALE DO TAQUARI	LAJEADO	VALE DO TAQUARI	VESPASIANO CORREA
VALE DO TAQUARI	MARQUES DE SOUZA		

Fonte: IBGE

Tabela B2 – Municípios de Santa Catarina por Microrregião

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
ARARANGUA	ARARANGUA	CAMPOS DE LAGES	BOM JARDIM DA SERRA
ARARANGUA	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	CAMPOS DE LAGES	BOM RETIRO
ARARANGUA	BALNEARIO GAIVOTA	CAMPOS DE LAGES	CAMPO BELO DO SUL
ARARANGUA	ERMO	CAMPOS DE LAGES	CAPAO ALTO
ARARANGUA	JACINTO MACHADO	CAMPOS DE LAGES	CELSO RAMOS
ARARANGUA	MARACAJA	CAMPOS DE LAGES	CERRO NEGRO
ARARANGUA	MELEIRO	CAMPOS DE LAGES	CORREIA PINTO
ARARANGUA	MORRO GRANDE	CAMPOS DE LAGES	LAGES
ARARANGUA	PASSO DE TORRES	CAMPOS DE LAGES	OTACILIO COSTA
ARARANGUA	PRAIA GRANDE	CAMPOS DE LAGES	PAINEL
ARARANGUA	SANTA ROSA DO SUL	CAMPOS DE LAGES	PALMEIRA
ARARANGUA	SAO JOAO DO SUL	CAMPOS DE LAGES	RIO RUFINO
ARARANGUA	SOMBRIO	CAMPOS DE LAGES	SAO JOAQUIM
ARARANGUA	TIMBE DO SUL	CAMPOS DE LAGES	SAO JOSE DO CERRITO
ARARANGUA	TURVO	CAMPOS DE LAGES	URUBICI
BLUMENAU	APIUNA	CAMPOS DE LAGES	URUPEMA
BLUMENAU	ASCURRA	CANONHAS	BELA VISTA DO TOLDO
BLUMENAU	BENEDITO NOVO	CANONHAS	CANONHAS
BLUMENAU	BLUMENAU	CANONHAS	IRINEOPOLIS
BLUMENAU	BOTUVERA	CANONHAS	ITAIOPOLIS
BLUMENAU	BRUSQUE	CANONHAS	MAFRA
BLUMENAU	DOUTOR PEDRINHO	CANONHAS	MAJOR VIEIRA
BLUMENAU	GASPAR	CANONHAS	MONTE CASTELO
BLUMENAU	GUABIRUBA	CANONHAS	PAPANDUVA
BLUMENAU	INDAIAL	CANONHAS	PORTO UNIAO
BLUMENAU	LUIZ ALVES	CANONHAS	SANTA TEREZINHA
BLUMENAU	POMERODE	CANONHAS	TIMBO GRANDE
BLUMENAU	RIO DOS CEDROS	CANONHAS	TRES BARRAS
BLUMENAU	RODEIO	CHAPECO	AGUAS DE CHAPECO
BLUMENAU	TIMBO	CHAPECO	AGUAS FRIAS
CAMPOS DE LAGES	ANITA GARIBALDI	CHAPECO	BOM JESUS DO OESTE
CAMPOS DE LAGES	BOCAINA DO SUL	CHAPECO	CAIBI

CHAPECO	CAMPO ERE	CRICIUMA	NOVA VENEZA
CHAPECO	CAXAMBU DO SUL	CRICIUMA	SIDEROPOLIS
CHAPECO	CHAPECO	CRICIUMA	TREVISO
CHAPECO	CORDILHEIRA ALTA	CRICIUMA	URUSSANGA
CHAPECO	CORONEL FREITAS	CURITIBANOS	ABDON BATISTA
CHAPECO	CUNHA PORA	CURITIBANOS	BRUNOPOLIS
CHAPECO	CUNHATAI	CURITIBANOS	CAMPOS NOVOS
CHAPECO	FLOR DO SERTAO	CURITIBANOS	CURITIBANOS
CHAPECO	FORMOSA DO SUL	CURITIBANOS	FREI ROGERIO
CHAPECO	GUATAMBU	CURITIBANOS	MONTE CARLO
CHAPECO	IRACEMINHA	CURITIBANOS	PONTE ALTA
CHAPECO	IRATI	CURITIBANOS	PONTE ALTA DO NORTE
CHAPECO	JARDINOPOLIS	CURITIBANOS	SANTA CECILIA
CHAPECO	MARAVILHA	CURITIBANOS	SAO CRISTOVAO DO SUL
CHAPECO	MODELO	CURITIBANOS	VARGEM
CHAPECO	NOVA ERECHIM	CURITIBANOS	ZORTEA
CHAPECO	NOVA ITABERABA	FLORIANOPOLIS	ANTONIO CARLOS
CHAPECO	NOVO HORIZONTE	FLORIANOPOLIS	BIGUACU
CHAPECO	PALMITOS	FLORIANOPOLIS	FLORIANOPOLIS
CHAPECO	PINHALZINHO	FLORIANOPOLIS	GOVERNADOR CELSO RAMOS
CHAPECO	PLANALTO ALEGRE	FLORIANOPOLIS	PALHOCA
CHAPECO	QUILOMBO	FLORIANOPOLIS	PAULO LOPES
CHAPECO	SALTINHO	FLORIANOPOLIS	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
CHAPECO	S. TEREZINHA DO PROGRESSO	FLORIANOPOLIS	SAO JOSE
CHAPECO	SANTIAGO DO SUL	FLORIANOPOLIS	SAO PEDRO DE ALCANTARA
CHAPECO	SAO BERNARDINO	ITAJAI	BALNEARIO CAMBORIU
CHAPECO	SAO CARLOS	ITAJAI	BARRA VELHA
CHAPECO	SAO LOURENCO DO OESTE	ITAJAI	BOMBINHAS
CHAPECO	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	ITAJAI	CAMBORIU
CHAPECO	SAUDADES	ITAJAI	ILHOTA
CHAPECO	SERRA ALTA	ITAJAI	ITAJAI
CHAPECO	SUL BRASIL	ITAJAI	ITAPEMA
CHAPECO	TIGRINHOS	ITAJAI	NAVEGANTES
CHAPECO	UNIAO DO OESTE	ITAJAI	PENHA
CONCORDIA	ALTO BELA VISTA	ITAJAI	PICARRAS
CONCORDIA	ARABUTA	ITAJAI	PORTO BELO
CONCORDIA	ARVOREDO	ITAJAI	SAO JOAO DO ITAPERIU
CONCORDIA	CONCORDIA	ITUPORANGA	AGROLANDIA
CONCORDIA	IPIRA	ITUPORANGA	ATALANTA
CONCORDIA	IPUMIRIM	ITUPORANGA	CHAPADAO DO LAGEADO
CONCORDIA	IRANI	ITUPORANGA	IMBUIA
CONCORDIA	ITA	ITUPORANGA	ITUPORANGA
CONCORDIA	LINDOIA DO SUL	ITUPORANGA	PETROLANDIA
CONCORDIA	PAIAL	ITUPORANGA	VIDAL RAMOS
CONCORDIA	PERITIBA	JOACABA	AGUA DOCE
CONCORDIA	PIRATUBA	JOACABA	ARROIO TRINTA
CONCORDIA	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	JOACABA	CACADOR
CONCORDIA	SEARA	JOACABA	CALMON
CONCORDIA	XAVANTINA	JOACABA	CAPINZAL
CRICIUMA	COCAL DO SUL	JOACABA	CATANDUVAS
CRICIUMA	CRICIUMA	JOACABA	ERVAL VELHO
CRICIUMA	FORQUILHINHA	JOACABA	FRAIBURGO
CRICIUMA	ICARA	JOACABA	HERVAL D'OESTE
CRICIUMA	LAURO MULLER	JOACABA	IBIAM
CRICIUMA	MORRO DA FUMACA	JOACABA	IBICARE

JOACABA	IOMERE	SAO MIGUEL DO OESTE	DIONISIO CERQUEIRA
JOACABA	JABORA	SAO MIGUEL DO OESTE	GUARACIABA
JOACABA	JOACABA	SAO MIGUEL DO OESTE	GUARUJA DO SUL
JOACABA	LACERDOPOLIS	SAO MIGUEL DO OESTE	IPORA DO OESTE
JOACABA	LEBON REGIS	SAO MIGUEL DO OESTE	ITAPIRANGA
JOACABA	LUZERNA	SAO MIGUEL DO OESTE	MONDAI
JOACABA	MACIEIRA	SAO MIGUEL DO OESTE	PALMA SOLA
JOACABA	MATOS COSTA	SAO MIGUEL DO OESTE	PARAISO
JOACABA	OURO	SAO MIGUEL DO OESTE	PRINCESA
JOACABA	PINHEIRO PRETO	SAO MIGUEL DO OESTE	RIQUEZA
JOACABA	RIO DAS ANTAS	SAO MIGUEL DO OESTE	ROMELANDIA
JOACABA	SALTO VELOSO	SAO MIGUEL DO OESTE	SANTA HELENA
JOACABA	TANGARA	SAO MIGUEL DO OESTE	SAO JOAO DO OESTE
JOACABA	TREZE TILIAS	SAO MIGUEL DO OESTE	SAO JOSE DO CEDRO
JOACABA	VARGEM BONITA	SAO MIGUEL DO OESTE	SAO MIGUEL DO OESTE
JOACABA	VIDEIRA	SAO MIGUEL DO OESTE	TUNAPOLIS
JOINVILLE	ARAQUARI	TABULEIRO	AGUAS MORNAS
JOINVILLE	BALNEARIO BARRA DO SUL	TABULEIRO	ALFREDO WAGNER
JOINVILLE	CORUPA	TABULEIRO	ANITAPOLIS
JOINVILLE	GARUVA	TABULEIRO	RANCHO QUEIMADO
JOINVILLE	GUARAMIRIM	TABULEIRO	SAO BONIFACIO
JOINVILLE	ITAPOA	TIJUCAS	ANGELINA
JOINVILLE	JARAGUA DO SUL	TIJUCAS	CANELINHA
JOINVILLE	JOINVILLE	TIJUCAS	LEOBERTO LEAL
JOINVILLE	MASSARANDUBA	TIJUCAS	MAJOR GERCINO
JOINVILLE	SAO FRANCISCO DO SUL	TIJUCAS	NOVA TRENTO
JOINVILLE	SCHROEDER	TIJUCAS	SAO JOAO BATISTA
RIO DO SUL	AGRONOMICA	TIJUCAS	TIJUCAS
RIO DO SUL	AURORA	TUBARAO	ARMAZEM
RIO DO SUL	BRACO DO TROMBUDO	TUBARAO	BRACO DO NORTE
RIO DO SUL	DONA EMMA	TUBARAO	CAPIVARI DE BAIXO
RIO DO SUL	IBIRAMA	TUBARAO	GAROPABA
RIO DO SUL	JOSE BOITEUX	TUBARAO	GRAO PARA
RIO DO SUL	LAURENTINO	TUBARAO	GRAVATAL
RIO DO SUL	LONTRAS	TUBARAO	IMARUI
RIO DO SUL	MIRIM DOCE	TUBARAO	IMBITUBA
RIO DO SUL	POUSO REDONDO	TUBARAO	JAGUARUNA
RIO DO SUL	PRESIDENTE GETULIO	TUBARAO	LAGUNA
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	TUBARAO	ORLEANS
RIO DO SUL	RIO DO CAMPO	TUBARAO	PEDRAS GRANDES
RIO DO SUL	RIO DO OESTE	TUBARAO	RIO FORTUNA
RIO DO SUL	RIO DO SUL	TUBARAO	SANGAO
RIO DO SUL	SALETE	TUBARAO	SANTA ROSA DE LIMA
RIO DO SUL	TAIO	TUBARAO	SAO LUDGERO
RIO DO SUL	TROMBUDO CENTRAL	TUBARAO	SAO MARTINHO
RIO DO SUL	VITOR MEIRELES	TUBARAO	TREZE DE MAIO
RIO DO SUL	WITMARSUM	TUBARAO	TUBARAO
SAO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	XANXERE	ABELARDO LUZ
SAO BENTO DO SUL	RIO NEGRINHO	XANXERE	BOM JESUS
SAO BENTO DO SUL	SAO BENTO DO SUL	XANXERE	CORONEL MARTINS
SAO MIGUEL DO OESTE	ANCHIETA	XANXERE	ENTRE RIOS
SAO MIGUEL DO OESTE	BANDEIRANTE	XANXERE	FAXINAL DOS GUEDES
SAO MIGUEL DO OESTE	BARRA BONITA	XANXERE	GALVAO
SAO MIGUEL DO OESTE	BELMONTE	XANXERE	IPUACU
SAO MIGUEL DO OESTE	DESCANSO	XANXERE	JUPIA

XANXERE	LAJEADO GRANDE	XANXERE	SAO DOMINGOS
XANXERE	MAREMA	XANXERE	VARGEAO
XANXERE	OURO VERDE	XANXERE	XANXERE
XANXERE	PASSOS MAIA	XANXERE	XAXIM
XANXERE	PONTE SERRADA		

Fonte: IBGE

Tabela B 3 – Municípios do Paraná por Microrregião

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO
APUCARANA	APUCARANA	CAMPO MOURAO	ARARUNA
APUCARANA	ARAPONGAS	CAMPO MOURAO	BARBOSA FERRAZ
APUCARANA	CALIFORNIA	CAMPO MOURAO	CAMPO MOURAO
APUCARANA	CAMBIRA	CAMPO MOURAO	CORUMBATAI DO SUL
APUCARANA	JANDAIA DO SUL	CAMPO MOURAO	ENGENHEIRO BELTRAO
APUCARANA	MARILANDIA DO SUL	CAMPO MOURAO	FAROL
APUCARANA	MAUA DA SERRA	CAMPO MOURAO	FENIX
APUCARANA	NOVO ITACOLOMI	CAMPO MOURAO	IRETAMA
APUCARANA	SABAUDIA	CAMPO MOURAO	LUIZIANA
ASSAI	ASSAI	CAMPO MOURAO	MAMBORE
ASSAI	JATAIZINHO	CAMPO MOURAO	PEABIRU
ASSAI	NOVA SANTA BARBARA	CAMPO MOURAO	QUINTA DO SOL
ASSAI	RANCHO ALEGRE	CAMPO MOURAO	RONCADOR
ASSAI	SANTA CECILIA DO PAVAO	CAMPO MOURAO	TERRA BOA
ASSAI	SAO JERONIMO DA SERRA	CAPANEMA	AMPERE
ASSAI	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	CAPANEMA	BELA VISTA DA CAROBA
ASSAI	URAI	CAPANEMA	CAPANEMA
ASTORGA	ÂNGULO	CAPANEMA	PEROLA D'OESTE
ASTORGA	ASTORGA	CAPANEMA	PLANALTO
ASTORGA	ATALAIA	CAPANEMA	PRANCHITA
ASTORGA	CAFEARA	CAPANEMA	REALEZA
ASTORGA	CENTENARIO DO SUL	CAPANEMA	SANTA IZABEL DO OESTE
ASTORGA	COLORADO	CASCVEL	ANAHY
ASTORGA	FLORIDA	CASCVEL	BOA VISTA DA APARECIDA
ASTORGA	GUARACI	CASCVEL	BRAGANEY
ASTORGA	IGUARACU	CASCVEL	CAFELANDIA
ASTORGA	ITAGUAJE	CASCVEL	CAMPO BONITO
ASTORGA	JAGUAPITA	CASCVEL	CAPITAO LEONIDAS MARQUES
ASTORGA	LOBATO	CASCVEL	CASCVEL
ASTORGA	LUPIONOPOLIS	CASCVEL	CATANDUVAS
ASTORGA	MANDAGUACU	CASCVEL	CORBELIA
ASTORGA	MUNHOZ DE MELO	CASCVEL	DIAMANTE DO SUL
ASTORGA	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	CASCVEL	GUARANIACU
ASTORGA	NOVA ESPERANCA	CASCVEL	IBEMA
ASTORGA	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	CASCVEL	IGUATU
ASTORGA	SANTA FE	CASCVEL	LINDOESTE
ASTORGA	SANTA INES	CASCVEL	NOVA AURORA
ASTORGA	SANTO INACIO	CASCVEL	SANTA LUCIA
ASTORGA	UNIFLOR	CASCVEL	SANTA TEREZA DO OESTE

CASCATEL	TRES BARRAS DO PARANA	CURITIBA	TUNAS DO PARANA
CERRO AZUL	ADRIANOPOLIS	FAXINAL	BOM SUCESSO
CERRO AZUL	CERRO AZUL	FAXINAL	BORRAZOPOLIS
CERRO AZUL	DOUTOR ULYSSES	FAXINAL	CRUZMALTINA
CIANORTE	CIANORTE	FAXINAL	FAXINAL
CIANORTE	CIDADE GAUCHA	FAXINAL	KALORE
CIANORTE	GUAPOREMA	FAXINAL	MARUMBI
CIANORTE	INDIANOPOLIS	FAXINAL	RIO BOM
CIANORTE	JAPURA	FLORAI	DOUTOR CAMARGO
CIANORTE	JUSSARA	FLORAI	FLORAI
CIANORTE	RONDON	FLORAI	FLORESTA
CIANORTE	SAO MANOEL DO PARANA	FLORAI	ITAMBE
CIANORTE	SAO TOME	FLORAI	IVATUBA
CIANORTE	TAPEJARA	FLORAI	OURIZONA
CIANORTE	TUNEIRAS DO OESTE	FLORAI	SAO JORGE DO IVAI
CORNELIO PROCOPIO	ABATIA	FOZ DO IGUACU	CEU AZUL
CORNELIO PROCOPIO	ANDIRA	FOZ DO IGUACU	FOZ DO IGUACU
CORNELIO PROCOPIO	BANDEIRANTES	FOZ DO IGUACU	ITAIPULANDIA
CORNELIO PROCOPIO	CONGONHINHAS	FOZ DO IGUACU	MATELANDIA
CORNELIO PROCOPIO	CORNELIO PROCOPIO	FOZ DO IGUACU	MEDIANEIRA
CORNELIO PROCOPIO	ITAMBARACA	FOZ DO IGUACU	MISSAL
CORNELIO PROCOPIO	LEOPOLIS	FOZ DO IGUACU	RAMILANDIA
CORNELIO PROCOPIO	NOVA AMERICA DA COLINA	FOZ DO IGUACU	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
CORNELIO PROCOPIO	NOVA FATIMA	FOZ DO IGUACU	SAO MIGUEL DO IGUACU
CORNELIO PROCOPIO	RIBEIRAO DO PINHAL	FOZ DO IGUACU	SERRANOPOLIS DO IGUACU
CORNELIO PROCOPIO	SANTA AMELIA	FOZ DO IGUACU	VERA CRUZ DO OESTE
CORNELIO PROCOPIO	SANTA MARIANA	FRANCISCO BELTRAO	BARRACA
CORNELIO PROCOPIO	SANTO ANTONIO DO PARAISO	FRANCISCO BELTRAO	BOA ESPERANCA DO IGUACU
CORNELIO PROCOPIO	SERTANEJA	FRANCISCO BELTRAO	BOM JESUS DO SUL
CURITIBA	ALMIRANTE TAMANDARE	FRANCISCO BELTRAO	CRUZEIRO DO IGUACU
CURITIBA	ARAUCARIA	FRANCISCO BELTRAO	DOIS VIZINHOS
CURITIBA	BALSA NOVA	FRANCISCO BELTRAO	ENEAS MARQUES
CURITIBA	BOCAIUVA DO SUL	FRANCISCO BELTRAO	FLOR DA SERRA DO SUL
CURITIBA	CAMPINA GRANDE DO SUL	FRANCISCO BELTRAO	FRANCISCO BELTRAO
CURITIBA	CAMPO LARGO	FRANCISCO BELTRAO	MANFRINOPOLIS
CURITIBA	CAMPO MAGRO	FRANCISCO BELTRAO	MARMELEIRO
CURITIBA	COLOMBO	FRANCISCO BELTRAO	NOVA ESPERANCA SUDOESTE
CURITIBA	CONTENDA	FRANCISCO BELTRAO	NOVA PRATA DO IGUACU
CURITIBA	CURITIBA	FRANCISCO BELTRAO	PINHAL DE SAO BENTO
CURITIBA	FAZENDA RIO GRANDE	FRANCISCO BELTRAO	RENASCENCA
CURITIBA	ITAPERUCU	FRANCISCO BELTRAO	SALGADO FILHO
CURITIBA	MANDIRITUBA	FRANCISCO BELTRAO	SALTO DO LONTRA
CURITIBA	PINHAIS	FRANCISCO BELTRAO	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
CURITIBA	PIRAQUARA	FRANCISCO BELTRAO	SAO JORGE D'OESTE
CURITIBA	QUATRO BARRAS	FRANCISCO BELTRAO	VERE
CURITIBA	RIO BRANCO DO SUL	GOIOERE	ALTAMIRA DO PARANA
CURITIBA	SAO JOSE DOS PINHAIS	GOIOERE	BOA ESPERANCA

GOIOERE	CAMPINA DA LAGOA	IVAIPORA	LUNARDELLI
GOIOERE	GOIOERE	IVAIPORA	MANOEL RIBAS
GOIOERE	JANIOPOLIS	IVAIPORA	NOVA TEBAS
GOIOERE	JURANDA	IVAIPORA	RIO BRANCO DO IVAI
GOIOERE	MOREIRA SALES	IVAIPORA	ROSARIO DO IVAI
GOIOERE	NOVA CANTU	IVAIPORA	SAO JOAO DO IVAI
GOIOERE	QUARTO CENTENARIO	IVAIPORA	SAO PEDRO DO IVAI
GOIOERE	RANCHO ALEGRE D'OESTE	JACAREZINHO	BARRA DO JACARE
GOIOERE	UBIRATA	JACAREZINHO	CAMBARA
GUARAPUAVA	CAMPINA DO SIMAO	JACAREZINHO	JACAREZINHO
GUARAPUAVA	CANDOI	JACAREZINHO	JUNDIAI DO SUL
GUARAPUAVA	CANTAGALO	JACAREZINHO	RIBEIRAO CLARO
GUARAPUAVA	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	JACAREZINHO	SANTO ANTONIO DA PLATINA
GUARAPUAVA	FOZ DO JORDAO	JAGUARIAIVA	ARAPOTI
GUARAPUAVA	GOIOXIM	JAGUARIAIVA	JAGUARIAIVA
GUARAPUAVA	GUARAPUAVA	JAGUARIAIVA	PIRAI DO SUL
GUARAPUAVA	INACIO MARTINS	JAGUARIAIVA	SENGES
GUARAPUAVA	LARANJEIRAS DO SUL	LAPA	LAPA
GUARAPUAVA	MARQUINHO	LAPA	PORTO AMAZONAS
GUARAPUAVA	NOVA LARANJEIRAS	LONDRINA	CAMBE
GUARAPUAVA	PINHAO	LONDRINA	IBIPORA
GUARAPUAVA	PORTO BARREIRO	LONDRINA	LONDRINA
GUARAPUAVA	QUEDAS DO IGUACU	LONDRINA	PITANGUEIRAS
GUARAPUAVA	RESERVA DO IGUACU	LONDRINA	ROLANDIA
GUARAPUAVA	RIO BONITO DO IGUACU	LONDRINA	TAMARANA
GUARAPUAVA	TURVO	MARINGA	MANDAGUARI
GUARAPUAVA	VIRMOND	MARINGA	MARINGA
IBAITI	CONSELHEIRO MAIRINCK	MARINGA	PAICANDU
IBAITI	CURIUVA	MARINGA	SARANDI-PR
IBAITI	FIGUEIRA	PALMAS	CLEVELANDIA
IBAITI	IBAITI	PALMAS	CORONEL DOMINGOS SOARES
IBAITI	JABOTI	PALMAS	HONORIO SERPA
IBAITI	JAPIRA	PALMAS	MANGUEIRINHA
IBAITI	PINHALAO	PALMAS	PALMAS
IBAITI	SAPOPEMA	PARANAGUA	ANTONINA
IRATI	IRATI	PARANAGUA	GUARAQUECABA
IRATI	MALLET	PARANAGUA	GUARATUBA
IRATI	REBOUCAS	PARANAGUA	MATINHOS
IRATI	RIO AZUL	PARANAGUA	MORRETES
IVAIPORA	ARAPUA	PARANAGUA	PARANAGUA
IVAIPORA	ARIRANHA DO IVAI	PARANAGUA	PONTAL DO PARANA
IVAIPORA	CANDIDO DE ABREU	PARANAVAI	ALTO PARANA
IVAIPORA	GODOY MOREIRA	PARANAVAI	AMAPORA
IVAIPORA	GRANDES RIOS	PARANAVAI	CRUZEIRO DO SUL
IVAIPORA	IVAIPORA	PARANAVAI	DIAMANTE DO NORTE
IVAIPORA	JARDIM ALEGRE	PARANAVAI	GUAIRACA
IVAIPORA	LIDIANOPOLIS	PARANAVAI	INAJA

PARANAVAI	ITAUNA DO SUL	PORECATU	PORECATU
PARANAVAI	JARDIM OLINDA	PORECATU	PRADO FERREIRA
PARANAVAI	LOANDA	PORECATU	PRIMEIRO DE MAIO
PARANAVAI	MARILENA	PORECATU	SERTANOPOLIS
PARANAVAI	MIRADOR	PRUDENTOPOLIS	FERNANDES PINHEIRO
PARANAVAI	NOVA ALIANCA DO IVAI	PRUDENTOPOLIS	GUAMIRANGA
PARANAVAI	NOVA LONDRINA	PRUDENTOPOLIS	IMBITUVA
PARANAVAI	PARAISO DO NORTE	PRUDENTOPOLIS	IPIRANGA
PARANAVAI	PARANACITY	PRUDENTOPOLIS	IVAI
PARANAVAI	PARANAPOEMA	PRUDENTOPOLIS	PRUDENTOPOLIS
PARANAVAI	PARANAVAI	PRUDENTOPOLIS	TELXEIRA SOARES
PARANAVAI	PLANALTINA DO PARANA	RIO NEGRO	AGUDOS DO SUL
PARANAVAI	PORTO RICO	RIO NEGRO	CAMPO DO TENENTE
PARANAVAI	QUERENCIA DO NORTE	RIO NEGRO	PIEN
PARANAVAI	S. CRUZ DE MONTE CASTELO	RIO NEGRO	QUITANDINHA
PARANAVAI	SANTA ISABEL DO IVAI	RIO NEGRO	RIO NEGRO
PARANAVAI	SANTA MONICA	RIO NEGRO	TIJUCAS DO SUL
PARANAVAI	SANTO ANTONIO DO CAIUA	SAO MATEUS DO SUL	ANTONIO OLINTO
PARANAVAI	SAO CARLOS DO IVAI	SAO MATEUS DO SUL	SAO JOAO DO TRIUNFO
PARANAVAI	SAO JOAO DO CAIUA	SAO MATEUS DO SUL	SAO MATEUS DO SUL
PARANAVAI	SAO PEDRO DO PARANA	TELEMACO BORBA	IMBAU
PARANAVAI	TAMBOARA	TELEMACO BORBA	ORTIGUEIRA
PARANAVAI	TERRA RICA	TELEMACO BORBA	RESERVA
PATO BRANCO	BOM SUCESSO DO SUL	TELEMACO BORBA	TELEMACO BORBA
PATO BRANCO	CHOPINZINHO	TELEMACO BORBA	TIBAGI
PATO BRANCO	CORONEL VIVIDA	TELEMACO BORBA	VENTANIA
PATO BRANCO	ITAPEJARA D'OESTE	TOLEDO	ASSIS CHATEAUBRIAND
PATO BRANCO	MARIOPOLIS	TOLEDO	DIAMANTE D'OESTE
PATO BRANCO	PATO BRANCO	TOLEDO	ENTRE RIOS DO OESTE
PATO BRANCO	SAO JOAO	TOLEDO	FORMOSA DO OESTE
PATO BRANCO	SAUDADE DO IGUACU	TOLEDO	GUAIRA
PATO BRANCO	SULINA	TOLEDO	IRACEMA DO OESTE
PATO BRANCO	VITORINO	TOLEDO	JESUITAS
PITANGA	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	TOLEDO	MARECHAL CANDIDO RONDON
PITANGA	LARANJAL	TOLEDO	MARIPA
PITANGA	MATO RICO	TOLEDO	MERCEDES
PITANGA	PALMITAL	TOLEDO	NOVA SANTA ROSA
PITANGA	PITANGA	TOLEDO	OURO VERDE DO OESTE
PITANGA	SANTA MARIA DO OESTE	TOLEDO	PALOTINA
PONTA GROSSA	CARAMBEI	TOLEDO	PATO BRAGADO
PONTA GROSSA	CASTRO	TOLEDO	QUATRO PONTES
PONTA GROSSA	PALMEIRA	TOLEDO	SANTA HELENA
PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	TOLEDO	SAO JOSE DAS PALMEIRAS
PORECATU	ALVORADA DO SUL	TOLEDO	SAO PEDRO DO IGUACU
PORECATU	BELA VISTA DO PARAISO	TOLEDO	TERRA ROXA
PORECATU	FLORESTOPOLIS	TOLEDO	TOLEDO
PORECATU	MIRASELVA	TOLEDO	TUPASSI

UMUARAMA	ALTO PIQUIRI	UMUARAMA	VILA ALTA
UMUARAMA	ALTONIA	UMUARAMA	XAMBRE
UMUARAMA	BRASILANDIA DO SUL	UNIAO DA VITORIA	BITURUNA
UMUARAMA	CAFEZAL DO SUL	UNIAO DA VITORIA	CRUZ MACHADO
UMUARAMA	CRUZEIRO DO OESTE	UNIAO DA VITORIA	GENERAL CARNEIRO
UMUARAMA	DOURADINA	UNIAO DA VITORIA	PAULA FREITAS
UMUARAMA	ESPERANCA NOVA	UNIAO DA VITORIA	PAULO FRONTIN
UMUARAMA	FRANCISCO ALVES	UNIAO DA VITORIA	PORTO VITORIA
UMUARAMA	ICARAIMA	UNIAO DA VITORIA	UNIAO DA VITORIA
UMUARAMA	IPORA	WENCESLAU BRAZ	CARLOPOLIS
UMUARAMA	IVATE	WENCESLAU BRAZ	GUAPIRAMA
UMUARAMA	MARIA HELENA	WENCESLAU BRAZ	JOAQUIM TAVORA
UMUARAMA	MARILUZ	WENCESLAU BRAZ	QUATIGUA
UMUARAMA	NOVA OLIMPIA	WENCESLAU BRAZ	SALTO DO ITARARE
UMUARAMA	PEROBAL	WENCESLAU BRAZ	SANTANA DO ITARARE
UMUARAMA	PEROLA	WENCESLAU BRAZ	SAO JOSE DA BOA VISTA
UMUARAMA	SAO JORGE DO PATROCINIO	WENCESLAU BRAZ	SIQUEIRA CAMPOS
UMUARAMA	TAPIRA	WENCESLAU BRAZ	TOMAZINA
UMUARAMA	UMUARAMA	WENCESLAU BRAZ	WENCESLAU BRAZ

Fonte: IBGE

ANEXO C - FÓRMULAS DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Fórmulas dos Indicadores Econômico-Financeiros:

Endividamento

(Capital de Terceiros / Capital Próprio) * 100

Composição das Exigibilidades

(Capital de Terceiros de Curto Prazo / Capital de Terceiros) * 100

Imobilização do Patrimônio Líquido

(Ativo Permanente / Capital Próprio) * 100

Participação de Financiamentos no Ativo

(Dívidas com Instituições Financeiras / Ativo Total) * 100

Endividamento Oneroso

(Dívidas com Instituições Financeiras / Capital Próprio) * 100

Participação de Financiamentos no Endividamento

(Dívidas com Instituições Financeiras / Capital de Terceiros) * 100

Participação de Financiamentos no Ativo Circulante

(Dívidas de curto Prazo com Instituições Financeiras / Ativo Circulante) * 100

Liquidez Geral

Realizável Total / Capital de Terceiros

Prazo Médio de Recebimento

[Duplicatas a Receber / (Faturamento Líquido + Impostos)] * Período

Rentabilidade do Ativo

(Resultado do Exercício / Ativo Total Médio) * 100

Giro do Ativo

(Faturamento Líquido + Impostos) / Ativo Total

Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio

(Resultado do Exercício / Capital Próprio Médio) * 100

Rentabilidade das Vendas

[Resultado do Exercício / (Faturamento Líquido + Impostos)] * 100

Evolução Real das Vendas

{[(Faturamento Líquido / Faturamento Líquido Anterior) / Variação do IGP-DI] - 1} * 100

BRDE - DIRETORIA

ALDO DE ALMEIDA JUNIOR

Diretor - Presidente

LUIZ HEITOR SIMONE FERRARI

Vice - Presidente e Diretor de Operações

ANTONIO CARLOS PEREIRA DE ARAÚJO

Diretor Financeiro

CARLOS HENRIQUE VASCONCELLOS HORN

Diretor de Planejamento

ROLF HACKBART

Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos

VICENTE ZENON FARIAS

Diretor Administrativo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Representantes do Estado do Paraná

CELSO DA COSTA SABÓIA - *Titular*

AMADEU BUSNARDO FILHO - *Suplente*

ANTONIO CARLOS BANZZATTO - *Suplente*

Representantes do Estado de Santa Catarina

JOÃO AURÉLIO VALENTE JÚNIOR - *Suplente*

JOSÉ ABELARDO LUNARDELLI - *Suplente*

Representantes do Estado do Rio Grande do Sul

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - *Titular*

JOSÉ LUIZ VIANNA MORAES - *Titular*

CLARISSE CHIAPPINI CASTILHOS - *Suplente*

TÚLIO LUIZ ZAMIN - *Suplente*

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SUL - CODESUL

ESPERIDIÃO AMIN

Governador do Estado de Santa Catarina - Presidente

OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA

Governador do Estado do Rio Grande do Sul – Vice – Presidente

JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS

Governador do Estado do Mato Grosso do Sul – Vice - Presidente

JAIME LERNER

Governador do Estado do Paraná – Vice - Presidente